

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RAFAEL ALBUQUERQUE PODDIXI

**MERCADO CONSUMIDOR BRASILEIRO, DE ENTRAVE
ESTRUTURAL A MOTOR DO CRESCIMENTO**

**Uma análise do comportamento do mercado consumidor brasileiro no
século XXI**

FLORIANÓPOLIS

2013/2

RAFAEL ALBUQUERQUE PODDIXI

MERCADO CONSUMIDOR BRASILEIRO, DE ENTRAVE ESTRUTURAL A MOTOR
DO CRESCIMENTO:

Uma análise do comportamento do mercado consumidor brasileiro no século XXI

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Bacharelado.

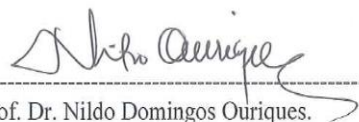
Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques.

FLORIANÓPOLIS, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota (9,0) ao aluno Rafael Albuquerque Poddixi na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

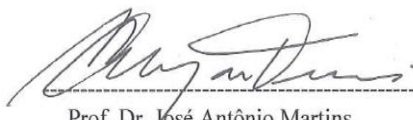
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques.



Prof. Daniel da Cunda Corrêa da Silva



Prof. Dr. José Antônio Martins.

Aos incansáveis heróis que diante das cotidianas expressões do subdesenvolvimento, optam pela luta em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Receoso em injustiçar qualquer pessoa que até aqui me tenha sido de grande importância, opto por não citar nominalmente ninguém, mas acredito que nenhuma diferença fará, pois aqueles a quem direciono essas poucas palavras saberão que a eles me refiro.

Expresso primeiramente minha gratidão aos meus pais e demais familiares que muito me ensinaram e sempre me motivaram diante dos desafios, mesmo quando o obstáculo impôs a distância entre nós.

Agradeço também aos meus muitos amigos e amigas que, em momentos diferentes, nas mais variadas formas, me permitiram participar de suas vidas e me fizeram perceber que por mais prazeroso que seja algum tempo sozinho com um bom livro ou filme, os verdadeiramente bons momentos são aqueles que guardamos na memória, e que quando precisamos nos reenergizar, os retomamos. Lembranças dos dias, horas, minutos e às vezes instantes em que dividimos uma boa conversa ou mesmo um sorriso com uma pessoa querida perduram por toda uma vida e não poucas vezes a dão sentido. A todas as pessoas que dividiram esses momentos de felicidade comigo eu agradeço e ensejo a vinda de outros.

Não poderia deixar de citar os muitos companheiros de luta na universidade e mais recentemente, fora dela. Se me fosse perguntado o episódio que maior alteração causou no curso da minha vida, sem dúvida eu responderia que foi começar a participar do CALE.

A ideia de que mesmo sendo um estudante, condição que eu aprendera a entender como de inferioridade, eu poderia mudar o rumo do curso de economia e mesmo da universidade me fazia ter a alma inflamada. Essa motivação manteve-se viva em toda minha longa vida universitária, mas houveram muitos momentos em que, pelos mais variados motivos, eu me vi desmotivado, e se continuei foi graças aos companheiros que tanto ou mais que eu, entregaram-se ao desafio de construir uma universidade vinculada aos interesses do povo brasileiro. A esses muitos companheiros e companheiras meu muito obrigado sincero, obrigado aos membros do CALE, aos dos outros CA's do C5, aos do DCE, dos CA's da Saúde, e em especial aos que se aproximaram verdadeiramente de mim para além da militância e construíram verdadeiros laços de amizade, e finalmente aos membros do antigo Coletivo 21 de Junho, hoje Brigadas Populares.

Por fim estendo essa homenagem aos meus professores, os da universidade, do ensino médio e em especial os da educação básica, professores de escola pública que apesar de toda

precariedade imposta pelas elites no governo, me fizeram ter vontade de estudar e me por a serviço do meu povo.

Muito obrigado a todos vocês!

O não-consumidor, para quem o consumo é um ato excepcional, para quem a compra de um objeto, às vezes de uso banal ou imperceptível para a classe dominante, reveste-se de um estado psicológico de esperança, de ansiedade e frequentemente de dúvida sobre a sensatez da decisão, tem de ser obrigatoriamente, o indivíduo que não está tranquilamente consciente do direito de consumo de tal coisa. Na disparidade das emoções em face do consumo reflete-se a dicotomia entre as classes antagônicas na sociedade fracionada, que, por um lado, sendo dirigida pelos possuidores dos modos de produção, tem o máximo interesse em incrementar o consumo das populações, enquanto natural desaguadouro da capacidade de fabricar, porém, excetuando o seu próprio círculo, defronta-se com a limitada capacidade de expansão do consumo, determinada pela pobreza do povo.

Álvaro Vieira Pinto. Sociologia dos Países Subdesenvolvidos.

RESUMO

O capitalismo no Brasil desde seu processo de criação colonial realizado pela Europa desenvolveu-se como uma estrutura produtiva voltada ao exterior, caracterizado pela baixa intensidade tecnológica e pelo elevado nível de emprego do trabalho. Essas e outras características constituem juntas uma gama de relações de produção que, embora tenham desenvolvido as forças produtivas, limitam o desenvolvimento nacional, tendo como uma de suas principais consequências, os baixos salários pagos aos trabalhadores e, por conseguinte, o estreito mercado consumidor nacional.

Neste trabalho analisamos como se articulam os elementos que mantêm o capitalismo brasileiro em sua condição de subdesenvolvimento a partir da análise do comportamento do mercado consumidor na década de 2000 quando houve expansão do consumo interno, tentando com isso entender se a aclamada expansão representa uma modificação estrutural da economia brasileira no sentido de superação da superexploração do trabalho ou se é apenas um evento de oscilação no nível de exploração, fenômeno possível dentro da condição dependente.

Palavras - chave: Dependência, subdesenvolvimento, superexploração, mercado consumidor, aumento da renda, elevação do crédito.

ABSTRACT

The capitalism in Brazil, since its process of colonial creation realized by Europe, developed itself as a productive structure focused on the outside market, characterized by the low technological intensity and by the high level of the use of employees. These and other characteristics compose a gamma of production relations that, although have developed the productive

forces, limit the national development, and have as one of the major consequences, the low salaries paid to the workers and, therefore, the strait national consumer market.

In this paper, we analyse how the elements that keep the Brazilian capitalism in its underdeveloped condition are articulated through the analysis of the consumer market behavior at the 2000 decade when there was expansion of the internal expenditure, we intend to understand if the acclaimed expansion represents a structure modification of Brazilian economy towards the work overexploitation superation, or if it is just an oscillation event of the exploitation level, a possible phenomenon because of the dependent condition.

Keywords: Dependence, underdevelopment, overexploitation, consumer market, increase in income, increase in credit.

GRÁFICOS

Gráfico 1: CRESCIMENTO POPULACIONAL E POR LOCAL DE RESIDÊNCIA

Gráfico 2: COMPARATIVO DO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO CORRENTE NA GRANDE SÃO PAULO E O MÍNIMO NECESSÁRIO NO BRASIL

Gráfico 3: RENDA MÉDIA DE TODOS OS TRABALHOS – PERÍODO FHC

Gráfico 4: VARIAÇÃO DAS VENDAS REAIS – VAREJO AMPLIADO

Gráfico 5: VARIAÇÃO DAS VENDAS REAIS – VAREJO

Gráfico 6: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E INFLAÇÃO – IPCA a.a.

Gráfico 7: TAXA DE EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS FRENTE AO PIB

Gráfico 8: TAXA DE DESEMPREGO

Gráfico 9: RELAÇÃO ENTRE SALÁRIO MÍNIMO REAL E SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

Gráfico 10: RENDA MÉDIA DE TODOS OS TRABALHOS

Gráfico 11: RENDA MÉDIA PER CAPITA POR DÉCIMO DA POPULAÇÃO

Gráfico 12: OPERAÇÕES DE CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS – R\$ (MILHÕES)

Gráfico 13: DESENVOLVIMENTO DO CRÉDITO HABITACIONAL PARA PESSOAS FÍSICAS – R\$ (MILHÕES)

Gráfico 14: DESENVOLVIMENTO DO CRÉDITO HABITACIONAL PARA PESSOAS FÍSICAS A PARTIR DE 1994 – R\$ (MILHÕES)

Gráfico 15: ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

TABELAS

Tabela 1 – POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO ESCRAVA

Tabela 2 – DESEMBARQUE DE ESCRAVOS POR PERÍODO

Tabela 3 – DESEMBARQUE DE ESTRANGEIROS LIVRES POR PERÍODO E NACIONALIDADE

Tabela 4 – SALÁRIO MÍNIMO CONVERTIDO EM PPC

Tabela 5 – TAXA DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA

Tabela 6 – ESTRUTURA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX

Tabela 7 – NÚMERO E PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO BRASIL NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX

Tabela 8 – INFLAÇÃO-IPCA (% a.a.) – PERÍODO FHC

Tabela 9 – VARIAÇÃO REAL DO PIB – PERÍODO FHC

Tabela 10 – GRAU DE INFORMALIDADE NO TRABALHO EM % – PERÍODO FHC

Tabela 11 – COMPARATIVO ENTRE O SALÁRIO MÍNIMO REAL E O SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO – PERÍODO FHC (SMN = 100%)

Tabela 12 – NÚMERO E PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO BRASIL – PERÍODO FHC

Tabela 13 – TAXA DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA NO PERÍODO PÓS-REAL

Tabela 14 – NÚMERO E PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO PERÍODO PÓS-REAL

LISTA DE SÍGLAS

A.L. – América Latina

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

D.L. – Decreto Lei

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PPC – Paridade do Poder de Compra

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RMs – Regiões Metropolitanas

SMN – Salário Mínimo Necessário

SMR – Salário Mínimo Real

TMD – Teoria Marxista da Dependência

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA	13
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
2. MÉTODO.....	17
2.1 METODOLOGIA	17
2.2 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	17
3. FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA.....	20
4. MERCADO CONSUMIDOR BRASILEIRO, DA ABOLIÇÃO AO REAL	30
5. O MERCADO CONSUMIDOR BRASILEIRO EM REAIS	49
5.1 O PERÍODO FHC	49
5.2 O PERÍODO PT 2003 - 2012.....	55
6. CONCLUSÕES.....	70
7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

A questão do mercado consumidor na história do capitalismo brasileiro é assunto de grande centralidade, inúmeros são os autores que trataram desse tema como sendo um dos fatores determinantes no processo de manutenção do subdesenvolvimento da economia nacional, desde aqueles ligados a CEPAL como Celso Furtado ou Maria da Conceição Tavares até representantes da tradição marxista como Ruy Mauro Marini ou Darcy Ribeiro.

Da mesma forma em que a pequenez do mercado consumidor é apontada como sendo um dos pilares de sustentação do atraso econômico a que está submetido o país, sua expansão é em mesma medida essencial para o desenvolvimento da economia nacional, e de um desejado rearranjo social que supere o abismo entre trabalhadores e o consumo, findando a superação da superexploração do trabalho.

Para além da importância histórica que a questão do mercado consumidor possui, contemporaneamente ela torna-se ainda mais central frente à atuação do governo que difunde ser capaz de desenvolver a economia nacional baseando-se num novo nível de consumo interno, um fortalecido mercado de consumo de massas, algo inédito na história econômica brasileira, que, ainda segundo o governo, seria capaz de promover o desenvolvimento de toda a economia nos conduzindo a condição de país economicamente desenvolvido.

42. No longo prazo, objetiva-se com o PPA 2004-2007 inaugurar um processo de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa e com base na incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas. O modelo é viável, já que está inscrito na lógica de operação da economia brasileira: toda vez que ocorre aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, o que se amplia é a demanda por bens e serviços produzidos pela estrutura produtiva moderna da economia (alimentos processados, vestuário e calçados, artigos de higiene e limpeza, produtos farmacêuticos, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de construção, mobiliário, serviços de supermercados, serviços de transporte, de energia elétrica, de telefonia, de entretenimento).

43. O crescimento via consumo de massa sustenta-se em grandes ganhos de produtividade, associados ao tamanho do mercado interno; aos ganhos de eficiência por escala derivados da conquista de mercados externos resultantes dos benefícios da escala doméstica; e aos ganhos derivados do processo de aprendizado e de inovação que acompanham os investimentos em expansão da produção de bens de consumo de massa pelos setores modernos. (PLANO PLURIANUAL 2004 – 2007)

De toda maneira, o Brasil já vivenciou um período de elevação episódica do consumo interno como a ocorrida na década de 50¹.

Por outro lado há de se diferenciar uma mudança conjuntural como essa citada, de uma alteração estrutural como a que pretende e afirma estar em curso o governo federal e alguns autores defensores da política econômica em andamento. Mudança que se caracterizaria pela manutenção de um elevado padrão de consumo no longo prazo, conduzindo enormes contingentes populacionais historicamente apartados do consumo ao mercado consumidor de forma definitiva.

Para compreensão do momento pelo qual passamos na economia brasileira, tomamos em mãos o longo e rico debate teórico já realizado no país e em toda a América Latina a respeito desse tema, e analisamos a possibilidade de alteração dessa característica mantenedora da dependência sem a reestruturação de toda a sociedade, ou seja, se é possível a superação do subdesenvolvimento pela ação de uma acertada política econômica?

Para além dessas questões, esse rico tema nos aponta ainda a necessidade de identificarmos de onde vêm os recursos que permitem o acesso desses contingentes ao mercado consumidor, sejam diminuição da exploração do trabalho ou crédito.

Com isso, ao fim do trabalho teremos um diagnóstico de como tem se dado o crescimento do mercado consumidor brasileiro nesse século, sobre o que este se sustenta e quais são as perspectivas futuras para ele.

¹ O PIB no início da década de 1950 era de R\$ 81.864.000.000,00 e em 1959 era de R\$145.433.000.000,00 em reais de 1999, nesse mesmo período a participação da remuneração do trabalho no total da renda brasileira saltou de 41,3% em 1951 para 46,6% em 1960, com pico de 47,6% em 1957. Estes dados mostram como o crescimento da participação da renda pela classe trabalhadora em pleno período de expansão do PIB brasileiro sustentou em outro momento histórico uma elevação no consumo interno. Os dados são das Estatísticas do Século XX do IBGE > Contas Nacionais > Renda Nacional Disponível Bruta 1947/1989 e Produto Interno Bruto 1947/1999.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo fim dessa monografia é identificar desde uma perspectiva crítica, quais são as medidas operadas no século XXI na economia brasileira que permitiram um crescimento do consumo, analisando se essas mudanças são estruturais ou conjunturais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais são os fatores estruturais que impossibilitaram em nossa história a formação de um mercado consumidor fortalecido em nosso país.
- Verificar se há no século XXI, em especial nos governos petistas, uma real elevação no consumo interno, e se há, o que tem permitido esse crescimento, elevação da renda real ou crédito e em que proporção.
- Verificar se as alterações realizadas pelos governos petistas modificam estruturalmente ou não os condicionantes do mercado consumidor brasileiro.

1.3 JUSTIFICATIVA

Não é somente a centralidade conjuntural do tema o que dá importância a esse estudo, pois além de ser um assunto muito tratado pela mídia e pelo governo nos dias atuais, há também a relevância histórica dessa questão dada pelo longo debate construído na América Latina sobre o papel do mercado consumidor no processo de superação do subdesenvolvimento, e dos limites estruturais que impossibilitam que grande parte dos cidadãos latino-americanos integrem as fileiras do consumo de produtos intensos em tecnologia.

Tais elementos suscitam a necessidade de uma análise dentro da perspectiva marxista latino-americana, veia de pensamento essencial à compreensão da história de nosso país e

indispensável em um esforço de interpretação de grandes momentos na vida social de nossa nação.

A condição de não-consumidor a que estão submetidos enormes contingentes de trabalhadores brasileiros e de muitos outros países da periferia econômica mundial expõem a divisão internacional do trabalho imposta pelos centros capitalistas ao resto do mundo. Trata-se de uma estrutura onde a grande maioria da população não acessa aquilo que produz, vivendo num nível de consumo abaixo do necessário a satisfação de suas necessidades, e muito abaixo do possível dentro do nível de desenvolvimento tecnológico alcançado pela humanidade e não usufruído pela mesma.

Não trata-se aqui de simples expansão do consumo para níveis difundidos pelos meios culturais estadunidenses e europeus, mas sim de compreender o consumo como meio de satisfação plena das necessidades humanas dentro de seu nível de desenvolvimento social e tecnológico, desfetichizando o consumo e construindo condição necessária para que trabalhadores acessem produtos oriundos dos mais desenvolvidos processos produtivos.

O consumo não compreendido como direito é resultado da ocultação do papel do trabalho na produção do valor econômico. Tal ocultação tem levado os partidos políticos a abandonarem a disputa pela riqueza produzida pelo trabalhador como centro de sua atuação. Mesmo os historicamente situados à esquerda tem abandonado, em meio a inúmeras pautas identificadas como potenciais difusoras de seu programa, a centralidade do trabalho como elemento determinante das muitas esferas sociais.

Até mesmo os sindicatos têm assumido uma postura de conciliação entre o interesse do capital e do trabalho, como se não mais houvessem relações de exploração, como se superada estivesse toda a negativa ao consumo das famílias trabalhadoras dada por salários ínfimos e incompatíveis com a intensidade do trabalho na economia brasileira.

A importância de estudarmos o mercado consumidor deriva, portanto, também da necessidade de recolocarmos a exploração do trabalhador em seu lugar no debate político e científico nutrindo os setores mais progressistas da sociedade com conhecimento útil para que realizem as disputas políticas essenciais à classe trabalhadora.

2. MÉTODO

2.1 METODOLOGIA

O objetivo do presente trabalho é identificar as características do mercado consumidor brasileiro desde o seu surgimento até os dias atuais, buscando saber se houve na primeira década do século XXI alguma mudança em sua estrutura.

O processo utilizado para estudo do exposto objeto foi o de pesquisa em fontes primárias de informação e em fontes bibliográficas como livros, artigos e outras relacionadas direta ou indiretamente ao tema.

Para compreensão da formação do mercado consumidor brasileiro e da própria economia brasileira, tomamos por base a teoria marxista da dependência e alguns outros autores de expressa importância no desenvolvimento dos estudos sobre o tema.

2.2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

O processo científico tem por função permitir ao homem a compreensão daquilo que o cerca – além dele mesmo. O materialismo dialético é o método científico de compreensão das relações e dos acontecimentos produzidos pelo homem em sociedade, que parte da realidade concreta e por meio das categorias abstratas que regem as relações entre os sujeitos e instituições, busca a compreensão e a transformação da totalidade.

De suma importância, deve-se compreender que nenhuma construção humana se dá independente de seu momento histórico ou da perspectiva de classe assumida pelo sujeito histórico em questão, assim reforça-se que, o reconhecimento da realidade (consciência) é um produto material, resultado, portanto, da posição que o indivíduo ocupa em uma sociedade fragmentada pela divisão social do trabalho.

Na interpretação dialética o cientista não deve buscar no fenômeno a compreensão da realidade, mas sim compreender os múltiplos fatores que interagem na constituição do fenômeno, assim como sua relação com os demais. Tal método permite a compreensão das

partes, ou seja, sujeitos, causas e processos que ao se relacionarem produzem o fenômeno em questão. De toda forma, não se devem limitar os esforços à compreensão das partes, mas buscar entender como o objeto em questão se relaciona com a estrutura em que está inserido, da qual ele é produto e produtor, assim apropriar-se-á da totalidade, totalidade enquanto síntese dialética de múltiplas contradições.

Karl Marx expõe que ao partir do concreto, deve-se no exercício científico buscar identificar os sujeitos relacionados ao fenômeno, as relações estabelecidas entre eles, as categorias características da sociedade burguesa e mesmo as determinações gerais mais abstratas presentes em quase todas as formas de sociedade.

Nesse esforço metodológico consiste o processo fundamental da dialética materialista, onde parte-se do concreto, e na compreensão das relações contidas na sua constituição é possível identificar as categorias menos abstratas que relacionam o fenômeno observado com as categorias presentes na organização social capitalista e mesmo com os determinantes abstratos gerais.

No processo de estudo e aplicação de seu método, Marx apresenta as categorias das diferentes estruturas e expõem como elas se distribuem.

- 1º - as determinações gerais e abstratas, que pertencem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido exposto anteriormente;
- 2º - as categorias que constituem a organização interior da sociedade burguesa, sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital. Trabalho Assalariado, propriedade rural. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas, circulação. Crédito (privado);
- 3º - a sociedade burguesa compreendida sob a forma de Estado. O Estado em si. As classes improdutivas. Impostos. Dívidas do Estado. O crédito público. A população. As colônias. Emigração;
- 4º - relações internacionais da produção. Divisão Internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e Importação. Curso de Câmbio;
- 5º - o mercado mundial e as crises.(MARX, 1982, p. 19)

É essencial compreender que Marx não afirma a existência de categorias absolutas que existem descoladas de seu momento histórico, assim as categorias apresentadas são produtos de um contexto histórico, e construídas por um sujeito histórico, no caso o cientista, que possui uma posição de classe e a expressa em seus estudos e conclusões.

Karel Kosic. (1976) discute extensamente o método dialético de Marx como instrumento de compreensão da realidade para ele a dialética é o pensamento crítico que se

propõe a compreender a coisa em si, e ao mesmo tempo se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade (p.16).

O entendimento da coisa em si trazida por KOSIC expressa o esforço de análise do concreto e a compreensão das relações mais superficiais que atuam na sua constituição. A compreensão da realidade por outro lado, é o esforço de compreensão da totalidade, não a existência das categorias abstratas somente, mas partindo do fenômeno buscar compreender o abstrato o que permitirá uma nova interpretação sobre o fenômeno, assim será possível compreender a totalidade, explicita o autor:

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. [...] A ascensão do abstrato para o concreto é um movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões. (KOSIC, 1976, p. 30).

Assim, ao partirmos de uma dada realidade, a latino-americana, analisamos em nosso estudo o fenômeno da modificação do consumo interno na década de 2000, buscamos compreendê-lo desde seu momento histórico. Partimos do concreto e buscamos identificar as categorias mais abstratas que constituem a sociedade capitalista dependente brasileira.

A Teoria Marxista da Dependência – TMD – permite que possamos compreender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina no contexto da expansão capitalista mundial, possibilitando o entendimento da realidade brasileira a partir da análise do sistema capitalista nas suas categorias mais abstratas. A TMD é por isso essencial instrumento de estudo para aqueles que visam interpretar um fenômeno dado na realidade econômica de nosso país.

O processo de compreensão do fenômeno somente pode ser alcançado com o pleno entendimento das categorias e relações abstratas que o constituem, a compreensão do abstrato e do concreto permite ao sujeito histórico a compreensão da totalidade, dentro da qual o fenômeno concreto assume seu real significado.

3. FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

Fruto da expansão comercial europeia a América Latina – A.L. surge como elemento integrante da nova estrutura econômica mundial delineada no fim do século XV. Colônia dedicada à produção de metais preciosos e gêneros primários, contribuiu num primeiro momento com a ampliação dos meios de pagamento e com a circulação de mercadorias na economia da Europa.

A integração latino-americana a economia europeia determinou em parte o desenvolvimento da manufatura assim como viabilizou a formação da grande indústria.

No desenvolvimento histórico europeu as revoluções tecnológicas germinadas na sociedade feudal permitiram a superação dessa forma organizativa viabilizando o surgimento dos Estados Nacionais.

Eventos também relacionados a importantes revoluções tecnológicas como a das armas de fogo permitiram a expansão comercial pelo estabelecimento de linhas de comércio oceânicas. Essas revoluções dão forma ao que se chamou de mercantilismo (RIBEIRO, 2000), uma forma de organização de Estados Nacionais e reinados que estabeleciam sua riqueza através do acúmulo da prata e do ouro buscando-os no lucro comercial.

A Revolução Mercantil, caracterizada principalmente por progressos na navegação oceânica, das armas de fogo, da metalurgia do ferro, expandiu-se a partir do século XV através de dois processos civilizatórios. O primeiro deles configurou, por aceleração evolutiva, os *Impérios Mercantis Salvacionistas* da península ibérica e da Rússia moscovita que romperam, pioneiramente, com o feudalismo europeu e estabeleceram o primeiro sistema de dominação de âmbito mundial. Configurou também através de movimentos de incorporação histórica, formações *Colonial-Escravista* (Brasil do século XVI, por exemplo) e *Colonial-Mercantis* (as feitorias asiáticas de portugueses e espanhóis). Um segundo processo civilizatório, impulsionado pela mesma revolução tecnológica, amadureceu, por aceleração evolutiva, as primeiras formações *Capitalistas Mercantis* (Holanda, Inglaterra e França do século XVII); e, por incorporação histórica, as suas contrapartes externas que surgiram também como *Colonialismo Escravista* (Antilhas, século XVII) e *Mercantis* (Indonésia, século XVIII). Mas a elas acrescentaram as formações *Coloniais de Povoamento* (costa oriental dos Estados Unidos, entre outras). Como se vê, em todos esses casos, produziram-se estruturas bipartidas embora mutuamente complementares: o centro reitor e seus contextos externos. (RIBEIRO. 1983, p. 26)

Como apontado por Ribeiro (1983), as revoluções tecnológicas relacionadas às armas de fogo, a metalurgia e a navegação oceânica deram origem a dois processos civilizatórios. O

primeiro deles, e ao qual iremo-nos ater em função de nosso objeto, foi o de aceleração evolutiva dos Impérios Mercantis Salvacionistas, que junto à Rússia, permitiu a Portugal e Espanha consolidarem-se como as primeiras nações a projetarem-se em condição de constituírem relações de dominação em âmbito mundial.

Em termos gerais esse processo deu início a intensa acumulação de capital pelas vias da pilhagem e da exploração comercial para a Europa. Essa estrutura de transferência de valor financiou em grande parte o desenvolvimento da grande indústria capitalista europeia.

Pode-se afirmar sem hesitações que a contribuição dada por este capital roubado foi decisiva para a acumulação do capital monetário e comercial que, entre 1500 e 1750, criou as condições que se mostraram propícias para a revolução industrial. É difícil calcular-se a quantia total envolvida, mas, caso se leve em conta apenas as contribuições mais substanciais, estas atingem uma soma estonteante (...) A quantia total chega a mais de um bilhão de libras, ou seja, mais do que o capital de todas as empresas industriais operadas por vapor que existiam na Europa por volta de 1800 (...) Pode-se concluir sem exagero que, para o período de 1760 a 1780, somente os lucros da Índia e das Índias Ocidentais mais do que duplicaram o dinheiro acumulado disponível para a indústria em ascensão [na Grã-Bretanha]. (MANDEL, 1970, p. 443-445 apud FRANK, 1980, p. 100)

Essa expansão dos fluxos de mercadorias e de meios de pagamento que fluíram da A.L. para a Europa estabeleceu condições para o desenvolvimento do comércio e da atividade bancária europeia, tendo aberto caminho para a criação da grande indústria moderna (MARINI, 2005).

O florescimento da grande indústria marcado pela revolução industrial é acompanhado na A.L. pelos processos de independência formal dos países que a partir da desvinculação em relação a suas metrópoles, passaram a orbitar entorno da Inglaterra, relacionando-se comercialmente com esta e produzindo os bens por ela demandados.

É no limiar deste processo de integração onde a Inglaterra assume a posição de centro econômico frente às ex-colônias que ocorre o processo de divisão internacional do trabalho e é estabelecida a dinâmica que irá determinar o desenvolvimento posterior dessa região.

É a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações

de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. MARINI, 2005, p.141.

Somente a partir de meados do século XIX a integração latino-americana com a economia mundial se realiza plenamente, isso porque o surgimento da grande indústria é que consolida a divisão internacional do trabalho.

O desenvolvimento industrial caracteriza-se pela disposição de grande parte da população especializar-se nas atividades manufatureiras, para que tal seja possível é necessária grande disponibilidade de produtos agrícolas de forma a garantir a alimentação da população voltada à indústria. A oferta de produtos primários produzidos na A.L. viabilizou a especialização de parcelas consideráveis da população dos países da vanguarda industrial nas atividades de manufatura.

Para além de produtora de gêneros alimentícios a A.L. é chamada a responder outra demanda. O processo de especialização característico da grande indústria determina uma alteração qualitativa no capitalismo europeu o levando a um crescimento da produtividade, que em conjunto com o incremento de novas técnicas produtivas fez com que a demanda por matérias-primas crescesse mais rapidamente do que a de bens-salário, uma vez que cada trabalhador tem sua produtividade ampliada. Na função de produzir matérias primas a A.L. consolida sua posição na nova divisão internacional do trabalho onde contribui com o desenvolvimento industrial europeu na medida em que lhe oferta insumos e bens-salário.

Cabe destacar que a contribuição da A.L. não se deu apenas como fornecedora de bens-salário ou matérias-primas, mas que permitiu a deslocação do eixo de acumulação de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, característica de uma economia industrializada.

O processo de passagem da produção de mais-valia centrada na exploração absoluta avançando para uma centralidade na exploração relativa do trabalho, ou seja, aumento da produtividade do trabalho como forma de expandir a taxa de mais-valia não surge como simples resultado do aumento da produção ou da produtividade.

O aumento da produtividade apenas diminui o tempo de produção do produto ou em outros termos, o valor unitário de cada mercadoria, mas o valor total das unidades produzidas não se altera já que resulta da mesma quantidade de horas trabalhadas. O aumento da mais-

valia somente é possível se a diferença entre o tempo trabalhado pelo trabalhador e o tempo necessário a sua reprodução se alterar.

Nesse ponto consiste a centralidade da importância da A.L. no desenvolvimento capitalista europeu, pois foi a partir do consumo de bens-salário latino-americanos que o tempo de trabalho necessário a reprodução do trabalhador europeu diminuiu aumentando assim o tempo de trabalho excedente ou a mais-valia.

Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento de mais-valia relativo nos países industriais. MARINI, 2005, p.147.

Dialeticamente a integração latino-americana, que por um lado permitiu a mudança do padrão de acumulação de mais-valia na Europa passando nesse caso para o acúmulo de mais-valia relativa, fez com que na América o padrão mantivesse sua centralidade na mais-valia absoluta.

Isso ocorre como resultado da desvalorização comercial dos produtos originados na economia latino-americana, depreciação que não corresponde a mudança na composição do valor dessas mercadorias uma vez que na periferia não houve incremento técnico que aumentasse a produtividade e que assim diminuísse o valor da unidade da mercadoria.

O intercâmbio de mercadorias expressa teoricamente a troca de equivalentes, mas a capacidade de uma nação produzir um produto que outra não produz ou o faz com maior dificuldade, dá condição a essa nação de iludir a lei do valor vendendo mercadorias a um preço diferente de seu verdadeiro valor e estabelecer assim uma troca desigual onde o país desfavorecido transferirá valor gratuitamente, isto é, sem a contrapartida adequada.

Como forma de compensação em relação às perdas comerciais impostas pelo centro capitalista os países economicamente dependentes passam a elevar sua produção. Porém a elevação da produção em questão não se dá com incremento técnico que aumente a produtividade do trabalho, mas sim pela expansão das jornadas de trabalho e aumento da intensidade do trabalho, desta maneira a A.L. viabiliza a mudança do eixo de acumulação europeu, em contrapartida intensifica a exploração absoluta em seu território.

Insuficientes, a expansão da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho não recuperam totalmente as perdas impostas aos capitalistas latino-americanos no sistema de trocas desiguais estabelecido pelo centro industrializado. Constitui-se assim a necessidade de ampliar a taxa de mais-valia para além do já estabelecido, é então que os capitalistas da periferia passam a remunerar o trabalhador abaixo de seu valor de reposição, isto é, pagando-lhes menos do que o necessário para reporem sua força de trabalho.

O modelo baseado nessas três formas de compensação das perdas de mais-valia no comércio internacional configura um quadro de superexploração do trabalho onde o tempo excedente é elevado via ampliação da mais-valia relativa quando da intensidade do trabalho e absoluta quando da expansão das jornadas e diminuição dos salários, formas de exploração compatíveis com as atividades econômicas realizadas nas ex-colônias.

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. MARINI, 2005, p.156.

A necessidade de negar ao trabalhador mesmo o indispensável à reposição de sua força de trabalho explica porque o assalariamento se deu primeiro nas zonas produtivas voltadas a exportação. Em um regime escravocrata o “salário mínimo” do escravo corresponde ao necessário para que ele recomponha seu desgaste, caso contrário precipita-se seu esgotamento e com isso ocorre à perda do capital investido nele por seu proprietário, logo, a não ser que o preço de um escravo seja muito pequeno, o proprietário não poderá impor a ele um regime de alimentação que não recomponha sua força de trabalho ou um regime de sobre-trabalho que precipite seu desgaste.

A pequena elasticidade da mão de obra escrava no século XIX torna tal regime de trabalho um empecilho ao desenvolvimento capitalista latino-americano, pois inviabiliza o pleno desenvolvimento dos mecanismos necessários a reposição das perdas comerciais sofridas pelos capitalistas da A.L.

O processo de libertação da mão de obra escrava em todo o continente corresponde à consolidação da superexploração do trabalho, marco nas relações entre o trabalhador e o

capital que viabilizou a integração da A.L. à economia mundial já que sem tal nível de exploração as relações comerciais características da divisão internacional do trabalho estabelecida a partir da grande indústria não seriam viáveis.

Características de um único processo, a integração latino-americana a economia mundial e a superexploração do trabalhador expressam uma profunda contradição. Contribuindo com a acumulação de mais-valia relativa, a economia da A.L. se formou orientada para fora, constituindo uma estrutura econômica onde a realização do capital se dá no exterior, independente do consumo interno, achatado pela superexploração.

Assim ficam desconectados os dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõem o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2005).

Nos países centrais o ciclo do capital contrapõe em certa medida a oposição entre capital e trabalho ao ponto em que a realização da mercadoria depende do consumo do trabalhador para se realizar.

Já na América Latina o trabalhador figura apenas como agente de produção, desvinculando sua capacidade de consumo do processo de realização da mercadoria, assim o consumo pode ser pressionado para baixo ampliando a exploração do trabalho e aumentando a taxa de mais-valia, uma vez que seu não-consumo em nada afeta a realização da mercadoria.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. MARINI, 2005, p.164.

A concentração de capital resultante da mais-valia não acumulada no modelo de superexploração do trabalho permite aos capitalistas da A.L. uma expectativa de consumo bastante diferenciada em relação aos trabalhadores. Em condições de consumir mercadorias compatíveis com aquelas consumidas no mercado dos países centrais o capitalista latino-americano passa a importar produtos dos países industrializados uma vez que no interior da

economia dependente não há produção de itens compatíveis com a expectativa do abastado capitalista da nação primário-exportadora.

Constitui-se assim uma cisão no mercado consumidor interno onde de um lado estão os trabalhadores com seus salários abaixo do mínimo necessário a reposição de seu desgaste, compondo a esfera baixa de consumo. Do outro lado a esfera alta de consumo composta por capitalistas que, em posse de enorme massa de mais-valia, consomem mercadorias importadas dos centros industrializados. Tal formação permite que esses capitalistas possam continuar pressionando os salários para baixo sem ameaçar a capacidade de realização do capital aplicado na periferia.

A relação estabelecida entre esfera alta de consumo e mercadorias importadas resulta para a periferia, na não constituição de uma estrutura industrial nos moldes das encontradas nos países metropolitanos onde a atividade industrial cria sua própria demanda. A atividade industrial figura nas economias dependentes como atividade secundária, quase artesanal, voltada as necessidades conjunturais advindas de restrições externas as importações demandadas pela esfera alta de consumo.

A conformação de uma indústria com elevada complexidade somente se deu quando a economia mundial entrou em crise no período entre as duas grandes guerras, nesse período o eixo de acumulação na economia de alguns países da A.L. se desloca para a indústria fazendo surgir uma estrutura produtiva mais complexa como resposta a dificuldade de realizar o capital em atividades exportadoras.

O surgimento dessa indústria expressa o ponto em que a esfera alta de consumo passa a se relacionar com a produção interna, fazendo-o em função da crise internacional, de todo modo, a industrialização não rompe com a superexploração, pois não é necessário o consumo proletário para completar o ciclo da mercadoria já que a demanda por manufaturados era maior que a oferta.

A indústria latino-americana não cria seu mercado consumidor, ela nasce em verdade para responder a uma demanda pré-existente como consequência da conjuntura externa.

No início da industrialização o consumo dos trabalhadores cumpre um papel muito pequeno. Com uma oferta bastante restrita, a demanda da alta esfera de consumo era o suficiente para os industriais, assim não se apresentou a necessidade de expandir o consumo

popular. Mesmo num segundo momento quando a oferta equilibrou com a demanda a primeira saída foi a de ampliar os preços utilizando do poder de monopólio, e por outro lado tentar diminuir os custos de produção pressionando os salários para baixo utilizando-se dos mecanismos característicos da superexploração do trabalho, e facilmente aplicáveis uma vez que a atividade exportadora em crise disponibilizava seus trabalhadores à indústria ao conformar um extenso exército de reserva laboral.

Partindo então do modo de circulação que caracterizava a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa de circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. MARINI, 2005,p.171.

Em função da oferta de mercadorias ser menor do que a demanda, foi possível um período do desenvolvimento industrial, mas com o crescimento da oferta houve necessidade de expansão da demanda e mesmo de aumento da produtividade para manutenção das taxas de lucro. O aumento da produtividade poderia por si corrigir o estranho movimento da economia dependente aproximando-a do que ocorre no capitalismo dos países industriais, mas não o faz porque a demanda cresce tendo por base os setores médios, também retentores de mais-valia, assim o processo de desenvolvimento das forças produtivas e a passagem do eixo de exploração absoluto para o relativo se dá muito lentamente não alterando o padrão de acumulação baseado na exploração absoluta.

A necessidade de expandir a produtividade do trabalho e de manter os níveis de compressão salarial leva a economia latino-americana a buscar sua saída na absorção de tecnologias estrangeiras de produção.

Desta forma, com o desenvolvimento da manufatura latino-americana altera-se a pauta de importações, diminuem os produtos de consumo individual e amplia-se o de matérias primas, produtos semielaborados e bens de capital. De toda forma o acesso a bens de capital pela via comercial não é suficiente para a crescente demanda por máquinas e equipamentos de produção, assim torna-se necessário a importação de capital estrangeiro sob a forma de financiamento assim como cresce também o investimento estrangeiro direto.

De uma perspectiva externa, o movimento de repasse tecnológico pela via da exportação de bens de capital por parte dos centros industrializados assim como de repasse de capital pelas vias de empréstimos e de investimentos externos diretos cumpria a função de garantir a realização do capital internacional. A economia mundial já havia se recuperado da crise que viveu e buscava com isso novas formas de aplicação que garantissem sua taxa de realização.

Os recursos uma vez na periferia destinavam-se preferencialmente para a atividade industrial, isso porque no período de desestabilização da economia mundial desenvolveu-se na periferia uma base industrial que oferecia atrativas taxas de lucro graças à superexploração do trabalho. Além da atrativa taxa de retorno oferecida pela economia dependente outro fator impulsionava a ação do país central, o elevado grau de desenvolvimento alcançado na produção de bens de capital acelerou o processo de obsolescência destes itens, assim tornavam-se ultrapassados antes de completar sua amortização. O repasse dos bens de capital superados no centro servia a necessidade de concluir a amortização destes viabilizando a substituição por novos.

Por isso etapas antes reservadas aos centros industrializados são transferidas para alguns países da periferia e as economias centrais mantêm as técnicas relacionadas a tecnologias mais avançadas, ocorre, portanto, uma nova divisão internacional do trabalho.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial. MARINI, 2005, p.174

O desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos realizado pela absorção de estruturas produtivas oriundas dos países industrializados mantém e aprofunda a exploração absoluta do trabalhador. O aumento da produtividade proporcionado pelo incremento de tecnologia estrangeira não diminui a superexploração na economia latino-americana, isso porque os setores mais avançados e intensos em capital na economia periférica produzem em função da demanda da alta esfera de consumo e por vezes, orientados pela demanda dos setores médios dos países desenvolvidos, bens que não podem ser acessados pelos trabalhadores dos países da periferia capitalista e que, portanto, não dependem do salário do trabalhador para se realizarem como mercadoria.

A economia latino-americana consegue assim sua industrialização sem entrar em confronto com a superexploração do trabalho, mantendo a remuneração do trabalhador abaixo do mínimo necessário para este repor sua força de trabalho. No limite, quando torna-se insuficiente o mercado disponível em cada nação, as economias subdesenvolvidas em condição de disputarem mercado em algum país menos desenvolvido que ela - o fazem.

Surge por essa via o subimperialismo, onde nações subdesenvolvidas, em especial o Brasil, buscam nas esferas altas de consumo de seus vizinhos o mercado necessário a manutenção e expansão de seu sistema produtivo sem confrontar a base em que esse se sustenta, a superexploração do trabalho.

4. MERCADO CONSUMIDOR BRASILEIRO, DA ABOLIÇÃO AO REAL

Quando afirmamos de início ser o mercado consumidor brasileiro algo recente, nos referimos ao mercado consumidor de massa, não cabendo, portanto, qualquer mercado consumidor nacional antes do período de constituição da hegemonia do assalariamento como modelo de organização das relações de trabalho, ou seja, da constituição de uma classe trabalhadora nos moldes do capitalismo.

Somente com o consumo dado pela classe trabalhadora pode se constituir uma estrutura de consumo agregado que viabilize a realização do capital no interior de uma economia, caso contrário, a produção nos setores mais dinâmicos será sempre voltada ao exterior.

Por outro lado, a simples existência de uma classe de trabalhadores livres não viabiliza um mercado consumidor capaz de absorver a produção dos setores dinâmicos (intensos em tecnologia) da economia, pois o consumo efetivo de um trabalhador é dado pela sua capacidade de aquisição, logo se os salários forem excessivamente comprimidos o mercado consumidor pode condicionar a realização do capital ao exterior da economia em questão, como vimos no capítulo anterior.

Para entendermos como esse processo se dá no Brasil, precisamos compreender a formação da classe trabalhadora brasileira e as condições em que se deu seu surgimento.

O marco da proletarização dos trabalhadores é a abolição formal da escravidão, é este o episódio responsável por estabelecer o assalariamento como forma exclusiva de relacionamento entre o trabalhador e o capital.

Mas todo episódio resulta de um processo bem mais amplo, evidenciado neste caso por outros acontecimentos que preambulavam o vindouro, como a lei do ventre livre e a lei do sexagenário.

Tal conjectura resultava na diminuição percentual que os escravos tinham no total da população brasileira como vemos na tabela abaixo.

Tabela 1 – POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO ESCRAVA

Ano	População Escrava	População Total	Percentual
1864	1 715 000	--	--
1874	1 540 829	10 427 189	14,78%
1884	1 240 806	12 891 214	9,63%
1887	723 419	13 617 273	5,31%

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, (elaboração própria). Os espaços preenchidos por traços se devem a inexistência de dados na fonte, o mesmo é válido para as demais tabelas.

Como vemos a seguir, apesar da pequena participação percentual que a população de escravos possuía no total da população brasileira, o número absoluto de negros desembarcados no Brasil na condição de escravos é enorme, de forma que apesar de diminuído significativamente o total de escravos antes da abolição, o total de ex-escravos após a alforria era muito grande, não somente pelos libertos no ato da princesa Isabel, mas principalmente como resultado de todo o processo social que culminou com aquela lei real².

TABELA 2 – DESEMBARQUES DE ESCRAVOS POR PERÍODO

Período	Desembarques no Período	Período	Desembarques no Período	Período	Desembarques no Período
1531-1575	10000	1741-1750	185100	1811-1815	139400
1576-1600	40000	1751-1760	169400	1816-1820	188300
1601-1625	100000	1761-1770	164600	1821-1825	181200
1626-1650	100000	1771-1780	161300	1826-1830	250200
1651-1670	185000	1781-1785	63100	1831-1835	93700
1676-1700	175000	1786-1790	97800	1836-1840	240600
1701-1710	153700	1791-1795	125000	1841-1845	120900
1711-1720	139000	1796-1800	108700	1846-1850	157500
1721-1730	146300	1801-1805	117900	1851-1855	6100
1731-1740	166100	1806-1810	123500	Total	1215100

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, (elaboração própria).

Na contramão da tendência de diminuição do uso do trabalho escravo na pré-abolição, os polos cafeeiros do país resistiam conformando a grande trincheira em defesa da escravidão.

Neste ponto, é visível como o mundo da produção age como força condicionadora de todas as esferas da sociedade. Abarrotada de escravos e beneficiada pelo crescimento da demanda por café, a região sudeste, particularmente o Vale do Paraíba e o sul de Minas Gerais, resistirá até os últimos instantes em prol da manutenção da escravidão. (ARAÚJO, P. Gustavo. 2010, p. 38)

²Lei Áurea de 1888, assinada pela princesa regente do Brasil e aprovada em votação pelo parlamento brasileiro.

Sendo o café a principal atividade econômica brasileira no período, a supressão do escravismo nesta atividade é essencial para que o assalariamento assumira hegemonia dentre as relações trabalhistas brasileiras, já que era esse o destino do grande capital empregado no Brasil, o que justifica o momento da abolição como ponto de consolidação do assalariamento.

Esse contraditório movimento de resistência escravocrata dado no seio da atividade cafeeira contrapõem a necessidade econômica de constituição de uma classe trabalhadora livre, não obstante não altera o fundamental deste processo que resulta na conversão de uma enorme massa de ex-escravos em trabalhadores livres, livres para vender sua força de trabalho a quem lhes ofereça emprego.

Mas não somente de homens alforriados foi constituída a classe trabalhadora brasileira. Dentre as várias especificidades características de uma formação nacional mestiça, nos parece importante a intensificação migratória estabelecida por trabalhadores estrangeiros livres que desembarcaram no Brasil no fim século XIX e início do XX num grande movimento de imigração voluntária, em especial europeia.

Tabela 3 – DESEMBARQUE DE ESTRANGEIROS LIVRES POR PERÍODO E NACIONALIDADE

Nacionalidade	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	Total
Alemães	22 778	6 698	33 859	29 339	61 723	154 397
Espanhóis	113 116	102 142	224 672	94 779	52 405	587 114
Italianos	510 533	537 784	196 521	86 320	70 177	1 401 335
Japoneses	-	-	11 868	20 398	110 191	142 457
Portugueses	170 621	155 542	384 672	201 252	233 650	1 145 737
Sírios e turcos	96	7 124	45 803	20 400	20 400	93 823
Outros	66 524	42 820	109 222	51 493	164 586	434 645
Total	883 668	852 110	1 006 617	503 981	717 223	3 963 599
<i>Variação total da população brasileira</i>	<i>2 413 644</i>	<i>3 958 852</i>	<i>6 897 837</i>	<i>6 346 005</i>	<i>4 684 875</i>	<i>24 301 213</i>
Participação estrangeira (%)	36,6	21,5	14,6	7,9	15,3	16,3

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, (elaboração própria).

Como vemos na tabela acima, a imigração livre é muito fortalecida a partir do período da abolição, sendo o total desses imigrantes um contingente bastante expressivo, que num período relativamente curto de tempo, passa a integrar a força de trabalho brasileira.

O processo de acomodação desses estrangeiros na sociedade brasileira se deu tendo como pano de fundo uma necessidade de mão-de-obra cada vez maior no seio da economia cafeeira.

A pressão inglesa sobre a coroa brasileira exercida desde o início da independência logrou resultado no meio do século, a partir da segunda metade da década de 1840 medidas concretas foram tomadas no sentido de findar a importação de escravos no Brasil (SILVA, 1996).

As medidas de imediato não afetaram a economia cafeeira que dispunha dos estoques ociosos presentes nas culturas em crise do país.

Quanto ao problema da mão-de-obra, os efeitos do fim do tráfico não se fizeram sentir de imediato, a não ser no aspecto de relançar com mais vigor a discussão sobre a necessidade, a longo prazo, de uma solução para uma eventual escassez. A curto prazo seus efeitos nesse campo não se fizeram sentir por vários motivos. Primeiro, porque entre 1840 e 1850 haviam entrado no país aproximadamente 500.000 escravos, o que aparentemente deu um certo desafogo às necessidades da lavoura cafeeira. Em segundo lugar, porque o processo de decadência que já vinha se manifestando no setor das culturas tradicionais (açúcar, algodão, tabaco) tendeu a acentuar-se, em consequência, além de esses setores não necessitarem do aporte de novos trabalhadores, para se defenderem da crise começaram a liberarem seus escravos em direção ao Centro-Sul, isto é, desenvolveu-se o tráfico interprovincial de escravos. E, finalmente, em terceiro lugar, porque a introdução das ferrovias, principalmente a partir dos anos 1870, tornou possível a concentração de escravos nas plantações, liberando-os do serviço de transporte de café. SILVA, Lígia Osorio, p. 122.

Como vimos, prevendo a necessidade de trabalhadores num futuro próximo, a sociedade brasileira retomou o debate sobre a captação de trabalhadores livres, em especial na Europa.

A importação de europeus já era praticada no Brasil, porém não apresentava resultados satisfatórios para nenhum dos lados. Os cafeicultores mostravam-se insatisfeitos com o trabalho destes pelo fato dos proprietários não estarem acostumados às relações características do trabalho assalariado, reclamavam ainda da baixa produtividade destes com relação aos escravos. Os trabalhadores brancos por sua vez reclamavam das péssimas condições de trabalho, do modelo de parceria que lhes era desfavorável endividando-os e do não cumprimento dos acordos previamente firmados quando da vinda deles ao país (SILVA, 1996) informações que chegavam ao continente europeu e dificultavam a tarefa de atrair pessoas livres para as lavouras e para formar colônias.

A premente perda dos escravos, a necessidade de uma política firme de importação de trabalhadores e a necessidade de colonização do território nas áreas mais longínquas perpassavam uma mesma questão, o descontrole do acesso a terra no país.

O processo de colonização como se deu desde o início no Brasil fez da terra um bem público concedido pelo estado aos entes privados, estes por sua vez passaram a constituir uma poderosa classe de proprietários que buscavam sempre garantir e legitimar suas posses, além de ampliá-las por meio da ocupação de terras devolutas.

Assim configurou-se no campo brasileiro uma situação de extrema desordem onde os proprietários de terras avançavam sobre o patrimônio público. O Estado por sua vez buscava meios para evitar tais práticas, mas desprovido de uma estrutura efetiva que lhe permitisse confrontar tão fortes interesses, acabava capitulando diante da pressão exercida por esse setor.

O modelo agrário brasileiro fundado no escravismo e na agricultura extensiva necessitava das terras devolutas uma vez que as práticas empregadas no uso do solo eram bastante rudimentares. O precoce desgaste da terra tornava urgente a ocupação de novas áreas para garantir a produtividade e assim o lucro dos proprietários.

Desta forma a classe de proprietários sempre fez frustrar as tentativas governamentais de controle da ocupação do solo, pois sem a possibilidade de avançar sobre as dependências públicas, esses não conseguiriam dar prosseguimento a sua prática de expansão de posses.

Mas a eminente falta de mão de obra vindoura dava concretude a necessidade de importação de trabalhadores, tarefa que caberia ao Estado, como expressaram os cafeicultores. O Estado por sua vez não possuía recursos para a execução de tão dispendiosa tarefa, a solução assumida foi a de leiloar terras públicas como forma de levantar recursos para financiar tal empreendimento.

Nesta necessidade consiste o ponto de inflexão dos proprietários de terras sobre a questão da demarcação das áreas públicas e privadas no Brasil, pois se antes estes eram contrários a essa demarcação em função da necessidade de avançarem sobre novas porções de terra, a partir da queda do escravismo como fonte segura de trabalhadores, os proprietários aceitaram a necessidade de demarcação das terras, pois sem tal ação seria inviabilizada a importação de mão-de-obra.

Surge assim a primeira legislação de terras do Brasil, a Lei de Terras de 1850 que buscava organizar a propriedade agrária e viabilizar por meio da identificação e posterior venda de terras públicas, uma política de importação de trabalhadores. Não obstante a lei foi construída servindo aos interesses dos proprietários de terras também no sentido de lhes dar segurança jurídica sobre suas ocupações.

Uma das medidas presentes na lei foi tornar a terra um bem valorado, fazendo da compra a única maneira de obtenção do solo, para isso padronizou o preço da terra garantindo a esta um valor mínimo, política que beneficiava uma vez mais a classe proprietária de terras uma vez que tornava o patrimônio destes, antes sem valor comercial, algo com certa liquidez, que passou a ser utilizado como garantia em contratações de empréstimos financeiros.

De toda forma, o mais importante elemento da valoração de toda a terra era a de evitar a apropriação desta pela “posse mansa” evitando assim que os ex-escravos e principalmente os trabalhadores vindos livres para o Brasil deixassem seus empregos para ocupar terras devolutas.

Assim a lei de 1850 acaba por garantir que os trabalhadores vindos livres e os alforriados no Brasil não tenham opção de vida que não seja a venda de sua força de trabalho ao preço que fosse dado pelo latifundiário ou o empresário urbano quando for o caso.

Legitima-se assim a estrutura fundiária extremamente concentradora que já se desenvolvia no país desde o início da colonização.

Os impactos dessa lei para os negros é marginalizante, pois o processo de libertação faz do negro um agente disfuncional no capitalismo brasileiro.

No quadro societário formado no pós-abolição foi reservado ao negro uma posição *abaixo dos últimos degraus da economia e da sociedade*. As promessas de adequação do negro ao trabalho livre, necessárias desde o ponto de vista do desenvolvimento de uma sociedade de classes, foram abandonadas. Assim, se enquanto escravo o negro possuía ao menos a ingrata importância econômica e política ao ser o agente exclusivo do trabalho, enquanto liberto o negro passa a ser um refugio indesejável. (ARAÚJO, P. Gustavo, 2010 p.52)

Uma vez libertos os ex-escravos, em especial os mais jovens, buscam integrar-se a sociedade em atividades que os desvincule de seu passado, assim afastam-se das atividades

agrícolas antes desenvolvidas por eles e passam a ocupar as áreas urbanas (FERNANDES, 1965).

Aos brancos coube o trabalho no campo. Para tal apreciação é importante a diferenciação entre dois tipos de imigrantes, os que possuíam recursos e se trasladavam por conta própria, imigração essa chamada de “espontânea”, e os que eram trazidos pelo governo brasileiro, imigração “regular”. Os primeiros se instalavam por conta própria adquirindo terras, os demais se deslocavam para as lavouras de café do Sudeste (SILVA, 1996). Havia ainda um terceiro grupo de estrangeiros de certas posses que recebiam terras para constituírem colônias nas regiões mais longínquas como Santa Catarina e Rio Grande do Sul servindo assim ao interesse nacional quanto à ocupação do território e também ao branqueamento da nação.

De toda maneira essa terceira modalidade não afetava diretamente a dinâmica da força de trabalho do núcleo agrário-exportador situado no Rio de Janeiro e regiões limítrofes de São Paulo e Minas Gerais.

Sem alterar a inercia na concentração fundiária já estabelecida naquele momento, a Lei de Terras de 1850 garante aos latifundiários a oferta de mão-de-obra substituta aos negros de que necessitavam para garantir que o processo de libertação escrava não enfraquecesse a cafeicultura exportadora.

A passagem do século XIX para o XX, então marcada pelo fim da escravidão e pelo desembarque cada vez maior de trabalhadores estrangeiros tem consigo outra marca, a expansão da urbanização.

Os períodos colonial e imperial, mais precisamente no que diz respeito às atividades econômicas desenvolvidas nesses períodos, como a cana de açúcar, o látex, a criação de gado e em especial o café, entre tantas outras desenvolvidas nas mais variadas regiões brasileiras permitiram a formação de algumas grandes cidades no território nacional.

Cidades como Belém, Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e outras serviam como centro de comercialização e desenvolvimento de serviços inerentes ou demandados pelas atividades econômicas de cada região.

No passo em que se especializavam nessas atividades, essas cidades ampliavam sua população assim como sua influência sobre as regiões a elas integradas, demandando destas, uma maior quantidade de produtos (alimentos, produtos básicos, etc.). No mesmo sentido em que ampliavam essa demanda, as áreas urbanas passavam a oferecer ao campo os serviços complementares à atividade agrária, como serviços financeiros, de armazenamento, de comercialização e outros específicos conforme o produto regional, constituem-se assim como cidades comerciais (SINGER, 1973).

A ampliação dos sistemas de infraestrutura no pós-abolição, em parte por deslocamento de capitais antes empregados no tráfico negreiro (SILVA, 1996, p. 123) permitiu uma maior integração dos centros urbanos com o meio agrário, tanto os que produziam para exportação quanto os organizados numa produção de subsistência caracterizada por relações de trabalho como a parceria ou outras não assalariadas.

Essa maior integração, que se limitou até 1930 a São Paulo e Rio de Janeiro, permitiu às regiões ligadas a essas áreas urbanas um maior tráfego de trabalhadores em fluxo uniforme de êxodo rural.

Estritamente ligada ao café, a urbanização paulistana se expande para muito além da fluminense no início do século XX por virtude da transferência do eixo central cafeeiro que passa do Vale do Paraíba, região entre as capitais paulista e carioca, para o oeste paulista. Assim São Paulo herda o posto de centro onipotente das relações de intermediação de serviços relativos ao setor cafeeiro e da atividade industrial para a demanda efetiva gerada pelo café, basicamente restrita aos proprietários de terras e das empresas ligadas ao setor.

Tal situação faz da capital bandeirante e região, a área mais urbanizada do Brasil, mas como as demais capitais regionais, será caracterizada pelo fluxo de trabalhadores oriundos do campo, num processo de mobilização do exército industrial de reserva como caracterizou Paul Singer (SINGER, 1973).

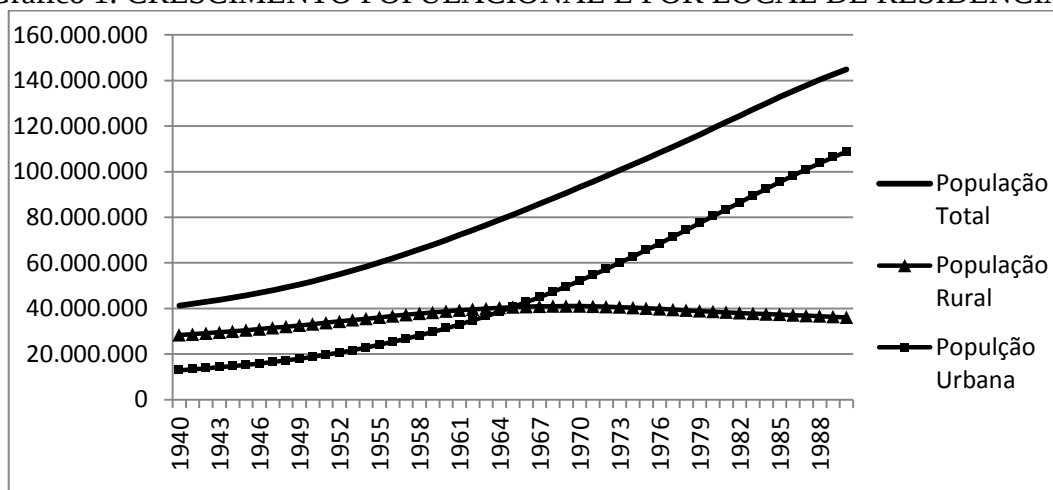
Será por meio desta mobilidade de trabalhadores que o capitalismo industrial pós-1930 irá viabilizar a manutenção dos baixos salários praticados no capitalismo agrário brasileiro também na indústria, ou em outras palavras, é por meio da mobilidade do exército laboral de reserva que a superexploração do trabalho instituída no campo a partir da abolição chega ao ambiente das cidades.

O desenvolvimento capitalista da economia brasileira foi profundamente marcado por esta ampla mobilização do exército industrial de reserva, que deu lugar a um abundante suprimento de força de trabalho pouco qualificada mas dócil e de aspirações modestas. SINGER, Paul. 1973, p. 123.

Respeitadas as diferenças entre São Paulo e as demais capitais econômicas brasileiras, principalmente no sentido de ser esta a que desenvolveu um maior setor industrial pré-1930, a urbanização brasileira seguiu o padrão de concentração populacional como resultado da integração das cidades às áreas agrárias, sendo destino dos trabalhadores que não eram mais absorvidos pelo meio agrícola.

É deste processo de migração que resulta a consonância entre o crescimento populacional brasileiro e o aumento da participação urbana no total da população como podemos ver abaixo.

Gráfico 1: CRESCIMENTO POPULACIONAL E POR LOCAL DE RESIDÊNCIA*



Fonte: IBGE (elaboração própria). * Série iniciada em 1940.

Saídos do campo onde desenvolviam atividades de aprendizado prático (plantio, pecuária leiteira e etc.), os trabalhadores ao chegarem às cidades se vincularam as atividades de menor aperfeiçoamento profissional por estas não demandarem alta capacitação, como as do terceiro setor convertendo-se em vendedores, ajudantes de pedreiros entre outros de baixa qualificação.

Neste ponto consiste também outra importante diferenciação na análise da formação da classe trabalhadora brasileira, pois se o processo de urbanização que inclui o processo de industrialização a partir da década de 1930 (apesar de não ter se dado em função deste) levou a uma conjuntura política nacional que entre outros fatores convergiu para a constituição da

regulamentação trabalhista. Este processo oficializou a existência de dois tipos de trabalhadores urbanos, os qualificados e os não-qualificados, sendo os primeiros empregados na indústria e nas atividades de maior complexidade do setor terciário, já os demais, funcionários do setor de serviços basicamente, um exército de trabalhadores que não foram alcançados pela legislação trabalhista assim como os trabalhadores que permaneceram no campo (SINGER, 1973)

Assim sendo, o mercado consumidor brasileiro chega à metade do século XX transformado. Sofre grande expansão na demanda por bens primários como resultado do crescimento populacional e do êxodo rural, onde trabalhadores que antes viviam em regime produtivo de subsistência passam a condição de consumidores nas cidades.

Mas os salários dos trabalhadores, tanto rurais como urbanos segue comprimido não permitindo a esses consumirem produtos industrializados, a exceção de uns poucos utensílios não duráveis, contrapondo assim o potencial consumo apontado pela urbanização, migração internacional e abolição.

Definidora de condições mínimas de consumo, a criação da citada legislação trabalhista³ se deu como resultado de uma conjuntura de conciliação entre os interesses do setor industrial voltado ao mercado nacional, em especial a alta-esfera de consumo e os setores exportadores.

Os resultados das lutas desencadeadas por esse conflito é, por intermédio da Revolução de 1930, um compromisso – o Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas – através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista. MARINI, 2012, p. 75.

De toda forma, mesmo sendo importante na medida em que estabelece parâmetros mínimos de remuneração e, portanto, garante alguma capacidade de consumo para o mercado consumidor interno, para além da esfera-alta, a legislação trabalhista como já apontamos se limitou a poucos trabalhadores, basicamente os da indústria.

³ Criado no regime do Estado Novo entrou em vigor em 1943 pelo decreto lei nº 5.452, de 01 de Maio de 1943.

A instituição do salário mínimo na passagem da década de 1930 para 1940 buscava fazer com que o mercado de trabalho brasileiro passasse por uma transformação que permitisse a conformação de uma estrutura de consumo fortalecida com relação ao que até então havia no país.

De início o salário mínimo não era unificado nacionalmente, só passando a sê-lo no fim do século XX (1984), mas a concepção do rendimento básico do trabalho apresentava naquele momento um entendimento bastante próximo do que temos hoje, ou seja, o percebido pelo trabalhador deve ser suficiente para que este consiga comprar alimentos, roupas e acessar serviços como habitação e etc..

Salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (D.L. 399, 1938, art. 2º)

Assim o salário mínimo nacional estabelecido pelo governo brasileiro a partir de 1940 foi de aproximadamente R\$ 607,00 (valor corrigido para o real de 2012).

O valor do salário mínimo em si diz pouco sem termos uma base comparativa, para tal podemos utilizar a comparação entre o mínimo e o dólar.

Tabela 4 – SALÁRIO MÍNIMO CONVERTIDO EM PPC

Ano	PPC - US\$	Ano	PPC - US\$	Ano	PPC - US\$
1940	18,37	1959	55,83	1978	79,27
1941	17,57	1960	49,83	1979	87,88
1942	17,49	1961	57,79	1980	100,76
1943	18,33	1962	48,69	1981	110,82
1944	19,51	1963	47,66	1982	119,14
1945	17,03	1964	54,17	1983	110,99
1946	15,89	1965	48,66	1984	105,75
1947	14,89	1966	42,38	1985	113,68
1948	15,38	1967	40,46	1986	119,78
1949	14,19	1968	42,20	1987	101,52
1950	13,73	1969	42,65	1988	109,40
1951	13,11	1970	44,44	1989	114,75
1952	36,16	1971	46,33	1990	90,64
1953	32,21	1972	48,05	1991	89,70
1954	40,43	1973	52,08	1992	99,85
1955	44,96	1974	56,48	1993	113,41
1956	45,73	1975	64,80	1994	95,31
1957	50,03	1976	68,54		
1958	45,26	1977	73,48		

Fonte: IPEADATA (elaboração própria). * Valores do Dólar dados pela moeda corrente. A média anual foi obtida pela média simples dos valores mensais.

Os valores da tabela anterior são dados em dólares, cálculo baseado na paridade do poder de compra, apesar de desconsiderar as variações da moeda estadunidense, serve como bom parâmetro para expor como é restrita a estrutura de salários no Brasil.

Salários tão baixos causam ao país uma enorme disparidade entre as condições de consumo da massa trabalhadora e dos capitalistas, dada em função da concentração de renda. A existência do salário mínimo não consegue romper com a superexploração porque o mínimo previsto não dá conta de garantir ao trabalhador a reposição de seu desgaste e a manutenção de sua família.

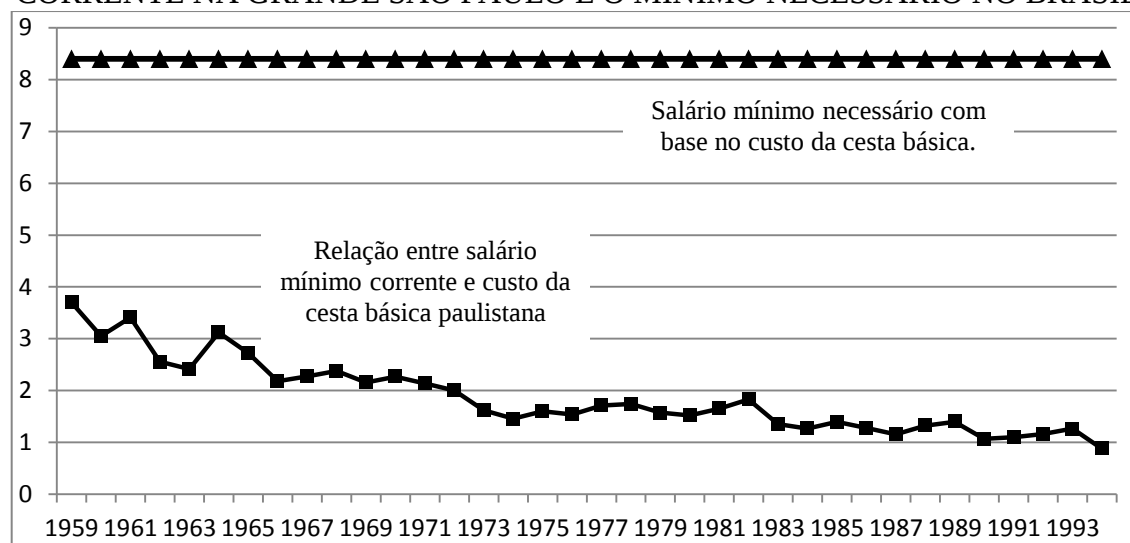
A superexploração como consequência das relações sociais do mundo do trabalho nos países subdesenvolvidos não pode ser medida em termos quantitativos, mas assim como a taxa de lucro expressa a dimensão da mais-valia retida pelos capitalistas, a superexploração do trabalho pode ser dimensionada se compararmos o salário mínimo com o custo das necessidades mínimas dos trabalhadores.

Nesse sentido o DIEESE – departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos – elaborou o cálculo do salário mínimo necessário, uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo brasileiro.

O salário mínimo necessário – SMN – estabelece a remuneração básica que necessita um trabalhador para que ele e sua família, estimada pelo mesmo órgão em 4 pessoas sendo dois adultos e duas crianças, consigam se alimentar, morar, vestir-se e acessar todos os demais direitos previstos como básicos na constituição federal de 1988.

Como o DIEESE não disponibiliza os valores do SMN para períodos anteriores a 1994, a comparação do salário mínimo real com o necessário só pode ser feita por meio da estimativa do SMN com base nos dados disponíveis e na metodologia explicitada pelo DIEESE⁴.

Gráfico 2: COMPARATIVO DO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO CORRENTE NA GRANDE SÃO PAULO E O MÍNIMO NECESSÁRIO NO BRASIL



Fonte: DIEESE e Ministério do Trabalho e Emprego via IPEADATA, (elaboração própria⁵).

⁴ Ver Cesta Básica Nacional Metodologia, DIEESE, 1993.

⁵ O custo da cesta básica é calculado pelo DIEESE em 16 capitais brasileiras, mas no início do levantamento era feito apenas na grande São Paulo, assim optamos por utilizar esses dados para termos uma série de maior abrangência histórica, caso contrário contaríamos com os dados somente a partir de 1994. Outro ponto importante é que o DIEESE não disponibiliza o valor do salário mínimo necessário desde o início da série paulista, somente o fazendo a partir de 1994. Para estimarmos o valor aqui apresentado aplicamos a metodologia exposta no documento metodológico citado anteriormente, onde a cesta básica é considerada como a ração adequada a uma pessoa, cada família é composta por 4 pessoas sendo dois adultos e duas crianças que consomem como um adulto. Assim a família necessita de 3 porções da ração básica e por resultados de outras estimativas, o DIEESE considera o gasto familiar com alimentação em 35,71% do orçamento familiar. Aplicando a metodologia, temos que o salário mínimo necessário deve ser 8,401 vezes maior que o preço da cesta básica ($(1 \times 3) / 0,3571$). Por isso, partindo do custo da cesta básica individual apurada mensalmente pelo DIEESE, e tendo a proporção de pouco mais de 8,4 cestas básicas como referência, pudemos comparar o SMN

O gráfico acima mede quantas cestas básicas o salário mínimo consegue comprar, comparando com quantas ele deveria comprar. A linha constante apresenta assim o SMN (aproximadamente 8,4 cestas básicas como explicitado na nota de rodapé) e a diferença entre a linha constante e a linha inferior, onde é evidenciado o poder de compra do salário mínimo em cestas básicas expõem o tamanho da mais-valia retida pelo capitalista dentro do montante necessário à reposição do trabalhador e manutenção de sua família.

A análise gráfica nos revela que na criação do salário mínimo ele correspondia a aproximadamente 3,7 cestas básicas, ou seja, aproximadamente 45% do que deveria ser para garantir condições de reposição e consumo as famílias trabalhadoras, não obstante, no fim desta série que vai até 1994⁶ (por razão metodológica) o salário mínimo chega ao seu ponto mais baixo correspondendo a 0,87 cestas básicas ou 10,3% do SMN.

Mesmo não apresentando uma tendência linear, o gráfico nos permite identificar um aumento da superexploração do trabalho no decorrer da segunda metade do século XX, evidenciando que a crescente urbanização da sociedade brasileira serviu ao processo de compressão salarial, mesmo do salário mínimo.

Como já apontamos anteriormente, SINGER-1973 afirma que a legislação trabalhista de início somente chegava a um contingente bastante restrito dos trabalhadores, os da indústria. De toda forma, não existem ou não foram encontrados dados em nossa pesquisa que dimensionem o percentual de trabalhadores que possuíam carteira assinada, somente tendo sido encontrada uma série com início em 1982, portanto já no último quinto do século.

em cestas básicas (constante) com o poder de aquisição de cestas básicas do salário mínimo real na grande São Paulo. Todos os valores do gráfico são anuais e foram obtidos a partir de média simples sobre os valores mensais disponibilizados. Os valores da cesta básica só foram encontrados em moeda corrente, por isso não foram convertidos em reais e sim em cestas básicas. Como houveram duas generalizações na elaboração (estimar o SMN a partir de uma constante e utilizar o custo da cesta básica da grande São Paulo como válido para o país no sentido de ilustrar a superexploração brasileira) nós verificamos se nossa metodologia era válida aplicando-a aos dados do custo da cesta básica de 1994 até 2012, e comparamos os resultados com os disponibilizados pelo DIEESE, nessa comparação nossos dados apresentaram uma variação média de 4,6%.

⁶ Dezembro de 1994.

Tabela 5 – TAXA DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA

Ano	Taxa com carteira assinada em relação à população ocupada*	Ano	Taxa com carteira assinada em relação à população ocupada
1982	56,96	1989	58,04
1983	56,13	1990	56,44
1984	53,93	1991	52,94
1985	55,66	1992	52,04
1986	57,16	1993	51,11
1987	57,67	1994	49,89
1988	57,73		

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego - antiga metodologia, (elaboração própria). *Valores referentes ao mês de junho de cada ano.

Como vemos, em 1982 56,96% dos trabalhadores possuíam carteira assinada, número ligeiramente maior que a metade, mas se retornarmos ao gráfico comparativo do salário mínimo com o SMN vemos que em 1982 o salário correspondia a 1,8 cestas básicas ou aproximadamente 21% da necessidade de uma família trabalhadora, uma queda de mais de 50% com relação ao salário mínimo inicial, redução que pode justificar o aumento do alcance da carteira assinada no total dos trabalhadores brasileiros se contrastarmos com o apresentado por SINGER sobre as primeiras décadas de existência do salário mínimo.

Mas mesmo com a enorme compressão do salário mínimo, o alcance do trabalho regular continua muito baixo, variando sensivelmente para cima na década de 1980 e voltando a cair na década de 1990, caindo inclusive para menos da metade em 1994. Isso em paralelo com uma acentuada queda do salário mínimo.

Fica evidenciado assim, que a instituição do trabalho informal como elemento característico de nossa economia desde a abolição, mantém-se até o fim do século. O processo de urbanização mantenedor da exclusão construída no passado agrário faz da informalidade algo não tão informal onde cerca de metade dos trabalhadores encontram-se, um contingente de trabalhadores que possuem renda, mas exercem suas atividades em condições de precariedade servindo ao interesse do capital na medida em que conformam um exercito de reserva para o trabalho formal, permitindo assim a manutenção dos baixos salários em toda a economia.

Evidencia da compressão salarial existente no país, a tabela abaixo mostra qual o percentual da renda nacional é apropriado por cada subgrupo da população.

Tabela 6 – ESTRUTURA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX*

Ano	Parcela apropriada por 1% mais ricos (% renda total)	Parcela apropriada pelos 10% mais ricos (% renda total)	Parcela apropriada pelos 50% mais pobres (% renda total)	Parcela apropriada pelos 20% mais pobres (% renda total)
1976	17,08	51,04	11,58	2,43
1977	18,47	51,64	11,68	2,42
1978	13,64	47,71	11,96	2,05
1979	13,61	47,45	12,77	2,67
1980	---	---	---	---
1981	12,67	46,40	13,14	2,66
1982	13,02	46,91	12,70	2,53
1983	13,47	47,38	12,51	2,55
1984	13,19	47,27	12,99	2,76
1985	13,61	47,75	12,46	2,54
1986	13,77	46,95	13,02	2,67
1987	14,11	47,75	12,22	2,36
1988	14,41	49,47	11,46	2,17
1989	16,48	51,50	10,62	2,01
1990	14,20	48,78	11,45	2,14
1991	---	---	---	---
1992	13,23	45,78	13,11	2,36
1993	15,09	48,64	12,31	2,26
1994	---	---	---	---

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2007 via Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (elaboração própria). *Série iniciada em 1976.

Fica evidente pela análise da tabela que os 10% mais ricos da população brasileira se apropriam de aproximadamente metade da renda nacional, e o mais emblemático, os 1% mais ricos na sociedade brasileira se apropriam de uma parcela da renda nacional maior do que a apropriada pelos 50% mais pobres em quase todos os anos da série (exceção: 1981).

O que temos nessa tabela é a expressão estatística da divisão interna entre a esfera alta de consumo e a esfera baixa de consumo. A capacidade de consumo dos mais ricos (1%) é igual a de 50% da população, permitindo aos primeiros um consumo que nada tem a ver com o restante do país, consomem produtos importados compatíveis com o consumo mais elevado dos países desenvolvidos. O grupo seguinte, 10% mais ricos, expressam o seguimento consumidor que também vive pela apropriação da mais-valia retida, são em geral os sócios

minoritários no negócio de manutenção da dependência brasileira e assim como o grupo mais seletivo, consomem em compatibilidade com os países desenvolvidos, porém, compatibilidade restrita a classe média daqueles países.

Quanto ao grupo dos 50% mais pobres, tratam-se daqueles trabalhadores que, entre formais e principalmente informais, exercem tarefas profissionais de baixa qualificação, possuem um salário comprimido e vivem com grande restrição a sua necessidade de consumo, relacionando-se com o sistema produtivo nacional. Já os 20% mais pobres, tratam-se dos trabalhadores que vivem na informalidade mais precarizada, apartados mesmo do consumo mais elementar, formam o grupo principal dentro do contingente de pessoas em condição de miséria no Brasil do século XX (conceito atualizado pelo IPEA como extrema pobreza e não mais miséria a partir de 2012) e relacionam-se com os setores menos desenvolvidos do mercado interno, basicamente restrito aos bens não duráveis.

Na tabela abaixo vemos o percentual e o número de pessoas em condição de pobreza e extrema pobreza, notem que com relação a esta última o valor percentual é de aproximadamente 20% da população brasileira, mesmo número dos que se apropriam de cerca de 2,5% da renda brasileira na tabela anterior.

Tabela 7 – NÚMERO E PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO BRASIL NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX

Data	Número de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza (milhões)	Proporção de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza(%)	Número de pessoas abaixo da linha de pobreza (milhões)	Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (%)
1976	18,88	18,20	43,69	42,12
1977	16,43	15,99	40,12	39,06
1978	22,18	20,86	45,44	42,74
1979	17,25	15,92	41,97	38,74
1980	—	—	—	—
1981	20,24	17,25	47,85	40,79
1982	21,42	17,80	49,36	41,00
1983	28,31	23,02	59,92	48,73
1984	26,86	21,70	59,80	48,30
1985	23,70	18,15	54,84	42,01
1986	11,30	8,80	33,95	26,41
1987	22,35	17,11	50,57	38,71
1988	27,70	20,85	57,87	43,57
1989	26,11	19,29	56,00	41,36
1990	27,66	19,95	58,12	41,92
1991	—	—	—	—
1992	27,95	19,97	58,91	42,09
1993	28,74	20,27	60,94	42,98
1994	—	—	—	—

Fonte: IPEADATA. (elaboração própria).

Também a linha da pobreza nos é reveladora já que mantém-se quase sempre superior a 40% da população, e quando apresenta grande melhora, como no ano de 1986 quando chega a 26,41%, logo retorna a índices mais elevados como os registrados em 1987 e 1988, 38,71% e 43,57% respectivamente. Variações grandes como essa, se devem ao fato de a “linha” da pobreza ou qualquer outro ponto de divisão em economia aplicada, é um limite rígido, assim uma pessoa com renda de alguns centavos acima da “linha” já não mais é contabilizada.

A importância de compreender isso é grande porque, apesar de a taxa de pobreza nunca chegar a 50%, muito provavelmente o contingente que vive com renda próxima do limite da pobreza é bastante grande já que a superexploração afeta os salários em todos os níveis da economia.

E assim, com um mercado consumidor cindido por um enorme precipício, a economia brasileira se difere das economias desenvolvidas. Em um modelo econômico tradicional,

referente aos países centrais do capitalismo, o consumo possui centralidade, pois é nele que se realiza a função de ser da produção, fazendo com que todas as atividades intermediárias sejam remuneradas e viabilizando um novo ciclo produtivo.

Já no Brasil o que se deu foi a constituição de um modelo onde a produção busca sua realização no estrangeiro, se desvinculando cada vez mais da sorte da grande maioria dos cidadãos brasileiros. Os trabalhadores no modelo de superexploração não tem importância enquanto consumidores.

É por isso que os setores mais dinâmicos da economia brasileira se relacionam com o mercado externo, as atividades que protagonizaram a história econômica brasileira, assim como a contemporânea, desde o pau-brasil passando pelo açúcar, látex para borracha, cacau, café, soja, minério de ferro, carnes e tantas outras atividades, são organizadas internamente com o intuito de exportação⁷.

No próximo capítulo iremos expor como se comportou o mercado consumidor brasileiro no período pós-plano real, buscando verificar se houve ou não alteração no modelo de superexploração do trabalho vigente no Brasil.

⁷Em 2010 66,6% da produção de açúcar brasileiro foi exportada, do mesmo modo 52,7% da soja em grão, 14,9% da carne bovina, 25,5% da carne de frango, 17,3% da carne suína, 58,9% do café tiveram como destino final o exterior.(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012).

5. O MERCADO CONSUMIDOR BRASILEIRO EM REAIS

5.1 O PERÍODO FHC

Pertencente a uma longa linha de planos de estabilização, o plano real buscava a contenção do processo de acelerada inflação que marcava a economia brasileira no início da década de 1990.

Inspirado nas concepções teóricas difundidas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, o plano identificava no estado a fonte principal dos fatores causadores da inflação, para contê-la apresentava medidas contracionistas como diminuição de gastos públicos, diminuição da estrutura do estado, venda das empresas estatais a entes privados e manutenção do poder de compra da moeda como principal função da autoridade monetária.

A busca pelo fortalecimento da moeda via diminuição de gastos sociais apresentou muitos resultados como o aumento da dívida pública ou a diminuição da competitividade da indústria nacional, mas ao estendermo-nos sobre tais temas corremos o risco de caminhar por traçados não adequados ao objetivo deste estudo. Por isso iremos nos ater aos resultados mais diretamente relacionados ao objeto de nosso trabalho⁸.

Cabe ressaltar ainda que apesar de identificarmos o primeiro período de vigência do plano real como “Período FHC”, o presidente em exercício quando da promulgação do real era Itamar Franco. O Real torna-se a moeda oficial do Brasil em 1º de julho de 1994 e Fernando Henrique Cardoso tornou-se presidente em 1995, de toda maneira, pela estreiteza temporal que divide os dois episódios agregamo-los nominalmente como um.

A busca pelo controle da inflação, para além do propagandismo construído sobre o tema, se justificava nos altos níveis de corrosão do poder de compra acumulados nos anos que antecederam o plano real. Na década de 1980 a média inflacionária foi de pouco mais de 431% ao ano, e nos primeiros anos da década de 1990 (1990 – 1993) a média foi de mais de 1422% ao ano.

⁸ Para maior conhecimento, ler A Sedução Revolucionária e o Plano Real, Nildo Ouriques. in, NO FIO DA NAVALHA, Crítica da Reformas Neoliberais de FHC.

Por isso o plano real ao conseguir desacelerar o processo inflacionário consegue modificar algumas características no mercado brasileiro, como o crédito imobiliário que é expandido, como veremos adiante. Mas em que medida ele afeta as relações do trabalho com o capital e a capacidade de consumo dos trabalhadores brasileiros é o que iremos investigar.

Tabela 8 – Inflação - IPCA (% a.a.) - PERÍODO FHC

Ano	Inflação	Ano	Inflação
1994	916,46	1999	8,94
1995	22,41	2000	5,97
1996	9,56	2001	7,67
1997	5,22	2002	12,53
1998	1,65		

Fonte: IBGE via IPEADATA (elaboração própria).

É visível pela tabela acima que o processo de controle da inflação, se analisado somente pelos dados do poder de compra da moeda, são positivos, afinal, partindo de uma média inflacionária superior a 1400% ao ano o plano alcançou resultados de apenas um dígito no seu segundo ano de vigência plena.

Porem, o controle inflacionário é um objetivo meio, se sua implantação constituiu empecilho ao crescimento da economia, mesmo que parcialmente exitosa, torna-se pouco efetiva.

Buscando não aprofundar na investigação sobre quais medidas estabilizadoras operaram na estagnação econômica que se seguiu, basta-nos por hora evidenciar que após a vigência do real a economia brasileira apresentou taxas de crescimento pequenas como vemos na tabela abaixo.

Tabela 9 – Variação Real do PIB - PERÍODO FHC

Ano	Var. %	Ano	Var. %
1994	5,33	1999	0,25
1995	4,42	2000	4,31
1996	2,15	2001	1,31
1997	3,38	2002	2,66
1998	0,04		

Fonte: IBGE via IPEADATA (elaboração própria).

A literatura econômica consagra a década de 1980 como sendo a década perdida na economia brasileira por esse período ter apresentado baixos índices de crescimento econômico, cerca de 3% ao ano. Ao compararmos o resultado da década de 1980 com os

apresentados nos anos que seguiram a implantação do real temos que discordar da conotação dada pela literatura econômica, pois de 1994 a 2002 a média de crescimento anual do PIB foi de 2,65%, inferior ao resultado da década anterior.

Na verdade o resultado não é decepcionante somente se comparado à média da década “perdida”, mas mesmo quando analisado pela perspectiva dos órgãos internacionais propagandistas das medidas austeras aplicadas no Brasil o resultado decepciona, pois, segundo o Banco Mundial o crescimento mínimo necessário para que seja possível a redução da pobreza é de 3,4% ao ano, dado apresentado por Sebastian Edwards, importante difusor internacional das reformas aplicadas na América Latina no início da década de 1990, que lembrou também que a média histórica de crescimento da região latino-americana é de 6% ao ano (OURIQUES; RAMPINELLI 1997).

Com uma média histórica tão mais elevada, os resultados do plano real no âmbito do crescimento econômico mostram-se bastante frágeis, expondo que o controle inflacionário significou também uma opção onde o poder de compra da moeda tornou-se o centro dos objetivos econômicos governamentais.

O crescimento econômico não significa desenvolvimento social ou diminuição da pobreza, uma vez que é possível o crescimento da economia sem a diminuição do número de pessoas pobres. Mas longe de ser uma opção dicotômica, a decisão política de lançar o crescimento econômico ao plano secundário das prioridades governamentais no pós-real não significou a opção pelo combate a superexploração do trabalho na sociedade brasileira.

A informalidade, característica estrutural que como vimos, solidificou-se no país a partir da abolição, constitui-se como elemento essencial na manutenção da superexploração por ser ela que garante ao capitalista a possibilidade de substituição de sua força de trabalho a qualquer momento, em termos de uma economia de mercado é o grau de informalidade que permite ao capitalista o exercício de seu superior poder econômico dado pela propriedade dos meios de produção.

Os grandes avanços do plano real, capazes de frear o processo inflacionário brasileiro não alteraram o quadro de grande informalidade econômica vivida no meio trabalhador brasileiro como vemos abaixo.

Tabela10 – GRAU DE INFORMALIDADE DO TRABALHO EM %* - PERÍODO FHC

Ano	Informal.	Ano	Informal.
1994	--	1999	53,53
1995	52,65	2000	--
1996	52,55	2001	52,49
1997	52,67	2002	52,63
1998	53,00		

Fonte: IPEADATA (elaboração própria). * Informalidade medida de acordo com a definição III do IPEA que considera informais os trabalhadores sem carteira e os que trabalham por conta própria, e considera como formais os trabalhadores protegidos pelo sistema de seguridade social (carteira assinada) e os empregadores.

As pequenas variações registradas nos dois governos, com algum aumento da informalidade no primeiro governo e uma diminuição de mesma proporção no segundo nos permite ver com clareza que de maneira geral o plano real não altera o nível de informalidade do trabalho na economia do país.

A manutenção da taxa de informalidade permite que o quadro da superexploração não se altere na economia brasileira. Para tal análise, recorreremos uma vez mais a comparação entre o salário mínimo real e o salário mínimo necessário.

Tabela11 – COMPARATIVO ENTRE O SALÁRIO MÍNIMO REAL E O SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO* - PERÍODO FHC

Ano	SMR / SMN	Ano	SMR / SMN
1994	9,92%**	1999	14,88%
1995	12,18%	2000	15,24%
1996	13,57%	2001	16,09%
1997	14,65%	2002	16,47%
1998	14,44%		

Fonte: Dados do DIEESE (elaboração própria). *Salário mínimo necessário = 100%. **Neste caso é considerado somente o período de 01 de julho a 31 de dezembro de 1994 em função da fonte de informação.

Como já havíamos visto no gráfico 2, o poder de compra do salário mínimo em 1994 foi o menor da série apurada (com início em 1959) com capacidade de compra inferior a uma cesta básica.

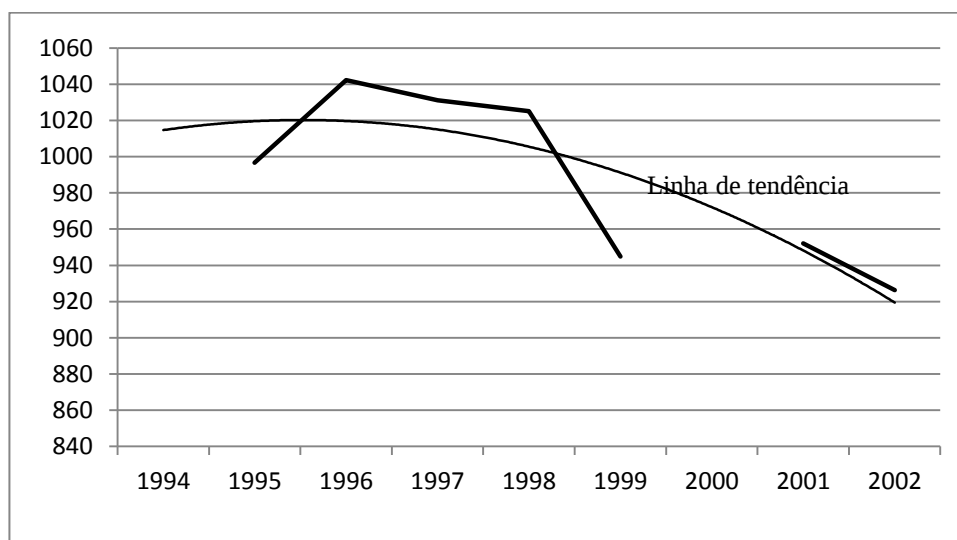
Por isso a comparação entre os anos da tabela acima deve ser feita tendo-se a prévia compreensão que ela é iniciada no ano de pior rendimento do salário, não obstante é visível um pequeno e quase constante movimento de recuperação do poder de compra do salário mínimo. Esse resultado nos parece consequência da manutenção do poder de compra do salário dado pelo freio inflacionário e não por uma alteração no quadro de superexploração do

trabalho, já que o salário mínimo manteve-se abaixo de 17% do necessário a manutenção de uma família trabalhadora.

Esse efeito positivo da estabilização monetária melhora sensivelmente os salários na medida em que preserva seu poder de compra no período de sua vigência, ou seja, no período de vigência do valor nominal recebido pelo trabalhador os preços alteram-se menos, portanto tem uma média nominal menor, um efeito positivo da estabilização monetária que opera no âmbito das médias e só é sentido pelo trabalhador na medida em que não mais necessita converter seu salário em consumo imediatamente ao seu recebimento.

Colaborando com tal entendimento temos no quadro abaixo a evidencia de que, apesar do pequeno aumento visualizado acima no poder de compra do salário mínimo, a condição de superexploração do trabalho na economia brasileira não foi diminuída.

Gráfico 3: RENDA MÉDIA DE TODOS OS TRABALHOS* – PERÍODO FHC



Fonte: IPEADATA (elaboração própria). * Valores constantes em reais de outubro de 2009. Os espaços vazios no gráfico se devem a inexistência de dados na fonte, valendo os mesmo para os demais gráficos nessa condição.

O gráfico acima expõe a renda média percebida pelos trabalhadores dentre todos os empregos exercidos pelos mesmos, mostrando que no âmbito dos rendimentos totais dos trabalhadores houve queda.

A informação acima ratifica a ideia de que o aumento do poder de compra do salário mínimo, longe de significar uma diminuição na relação de exploração do trabalho pelo capital, se deu como fenômeno resultante da estabilidade da moeda corrente, não obstante, como o salário mínimo é insuficiente para suprir as necessidades básicas do trabalhador, um

grande contingente destes, entre formais na linha do mínimo ou próximo dela, e também trabalhadores informais, acabam buscando mais de uma vinculação de trabalho.

Esse quadro de precarização torna necessário a existência de dois ou mais vínculos para constituir um rendimento total que dê conta das necessidades mais básicas das famílias, é a soma desses rendimentos que é apresentada acima, os resultados ruins evidenciam que num nível geral da economia houve piora nos rendimentos totais, ou em outros termos, aumento da exploração do trabalho já que o PIB não apresentou queda como vimos.

O plano real apresenta assim resultados tímidos no quadro da superexploração a que está submetido o trabalhador brasileiro. A estabilização não significou no Brasil o início de um período áureo de crescimento, muito menos de justiça social que só pode ser dada por melhores relações de trabalho, e as quais não foram alteradas significativamente como vimos, tendo apresentado melhorias pequenas num sentido e pioras de proporção similar noutro, mantendo o cenário próximo do que havia antes.

Confirmando o que demonstram os indicadores salariais e trabalhistas, o quadro abaixo ilustra o que afirmamos, pois onde imperam relações trabalhistas de superexploração em seus níveis mais elevados, não é possível qualquer movimento de reversão da condição de pobreza a que está submetido o povo.

TABELA 12 – NÚMERO E PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO BRASIL - PERÍODO FHC

Ano	Número de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza (milhões)	Proporção de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza(%)	Número de pessoas abaixo da linha de pobreza (milhões)	Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (%)
1994	---	---	---	---
1995	22,43	15,19	51,78	35,08
1996	23,32	15,63	51,80	34,73
1997	23,68	15,58	53,45	35,18
1998	22,26	14,52	52,07	33,97
1999	23,95	15,03	56,18	35,26
2000	—	—	—	—
2001	25,41	15,28	58,49	35,17
2002	23,67	13,99	58,22	34,40

Fonte: IPEA (elaboração própria).

Assim o Brasil chegou ao início do século seguinte à abolição vivenciando um quadro de superexploração do trabalho dentre os mais altos de sua história, com um enorme contingente de sua população ainda na pobreza e extrema pobreza culminando na manutenção de sua estreita capacidade de consumo agregado, o século XX inicia para o Brasil sem nenhuma novidade, o país manteve-se dependente.

5.2 O PERÍODO PT 2003 - 2012

A despeito das amarras estruturais que limitam o consumo interno como expusemos até aqui nesse trabalho, a primeira década do século foi marcada pela forte presença do discurso midiático a respeito da ampliação do consumo nacional agregado. Desde o início do governo Lula a questão foi apresentada como sendo um fator central no qual se apoiava a nova política econômica nacional, essa questão ganhou grande destaque na mídia, que como vemos no trecho abaixo, destacava o consumo nacional.

O consumo das famílias também exerceu papel relevante no crescimento da economia, com alta de 4,3%, a maior taxa acumulada em 12 meses desde o primeiro trimestre de 2001. Com o aumento da oferta de crédito --impulsionado por novas modalidades como o empréstimo com desconto em folha-- o consumidor se sentiu mais confiante para fazer compras a prazo. Segundo Kopschitz, também está por trás do aumento do consumo a melhora do mercado de trabalho. Em 2004, o desemprego chegou a 9,6% em dezembro, a menor taxa desde o início da série histórica. Já a massa salarial, segundo o IBGE, teve alta de 1,5% no ano passado. A queda dos juros a partir de meados de 2003 também teve efeito benéfico sobre a economia. Os efeitos defasados provocaram uma melhora no desempenho do consumo e da indústria. (Folha de São Paulo, 01/03/2005. Acesso em 07/12/2012).

No desenrolar das gestões Lula, muitos fatores foram apresentados como centrais na sustentação do novo consumo nacional, o portal eletrônico do Grupo Bandeirantes apresentou como manchete no dia 11 de setembro de 2009 a chamada “*Aumento do consumo das famílias e crédito tiram Brasil da recessão*”, e o jornal Folha de São Paulo expunha a questão da seguinte forma:

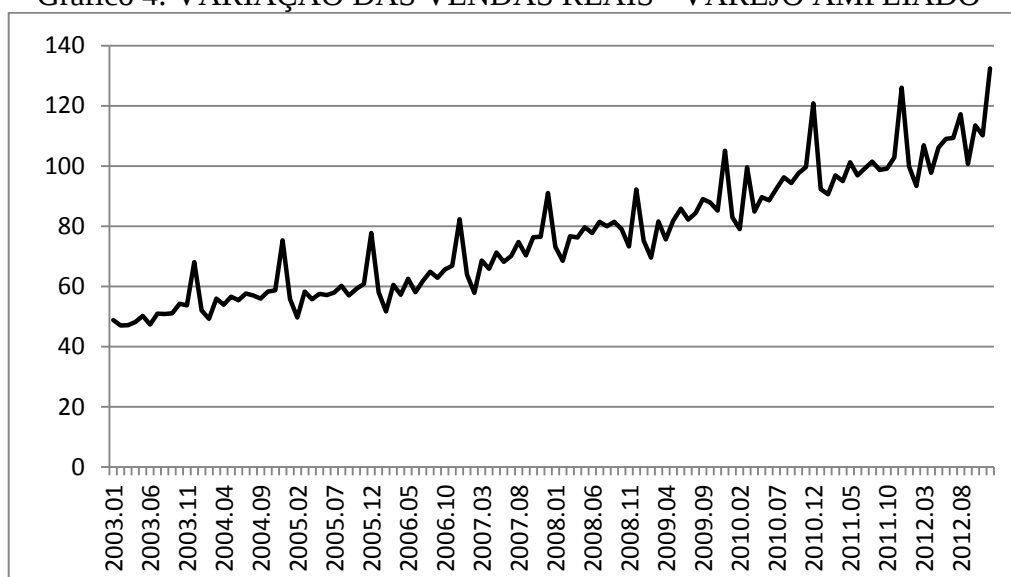
O mercado interno continuou a sustentar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro trimestre deste ano, influenciado pela expansão do consumo das famílias, que cresceu pelo 18º mês consecutivo, com alta de 6,6% sobre o período de

janeiro a março de 2007. O consumo das famílias teve participação em 60,9% na formação do PIB, que significou R\$ 412,3 bilhões em valores absolutos. (...) "O consumo das famílias manteve-se elevado, em função do aumento da massa salarial e da oferta de crédito, aliado aos juros mais baixos. Ao mesmo tempo, a contribuição do setor externo foi muito negativa no trimestre", afirmou a gerente de Contas Nacionais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (Folha de São Paulo, 10/06/2008. Acesso em 17 de dezembro de 2012).

Para além do discurso midiático apresentado acima, e do discurso governamental que já expusemos na introdução deste trabalho quando citamos o Plano Plurianual 2004 – 2007, buscaremos nesse capítulo identificar quais mudanças ocorreram na economia brasileira que permitiram uma alteração no consumo nacional durante a década de 2000.

Primeiramente é necessário analisarmos o comportamento do mercado consumidor nacional, abaixo temos uma série que mostra o consumo crescente das vendas de varejo no Brasil no período que vai do início do governo Lula até o fim de 2012, porém a série é limitada uma vez que tem seu início em 2003, na verdade essa pesquisa começou a ser feita em 1997, mas a abrangência nacional somente foi instituída em 2000, e a composição do varejo ampliado somente está disponível a partir de 2003.

Gráfico 4: VARIAÇÃO DAS VENDAS REAIS - VAREJO AMPLIADO*

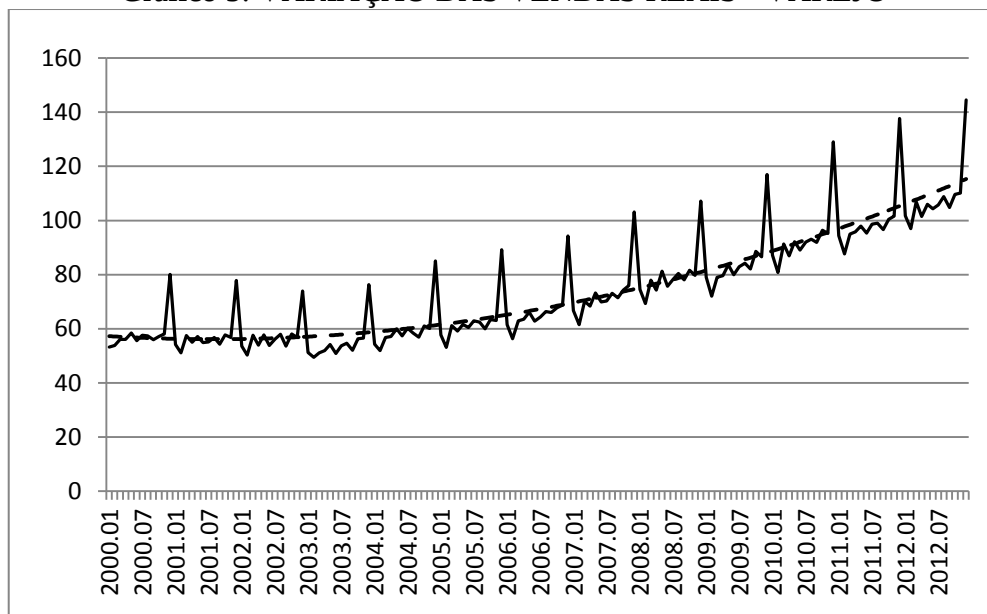


Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio (elaboração própria). *Varejo Ampliado: Inclui também os setores de materiais de construção e veículos, motos, partes e peças. Índice, 2011 = 100%.

Como vemos o varejo ampliado cresce regularmente com apenas algumas variações no período 2008 - 2009 onde no primeiro ano as vendas desaceleram, e no ano seguinte voltam a crescer e de maneira mais acentuada, variações ocorridas nos períodos de eclosão e recuperação da crise econômica mundial.

Mesmo limitados pela inexistência de uma série estatística de longo prazo que nos permita uma análise mais sólida distinguindo o período acima exposto e o anterior a ele, cabe ainda a utilização dos dados de variação de vendas reais no varejo, nesse caso não ampliado, ou seja, sem incluir os setores de material de construção, veículos, motos, partes e peças.

Gráfico 5: VARIAÇÃO DAS VENDAS REAIS - VAREJO



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio (elaboração própria). Índice, 2011 = 100%.

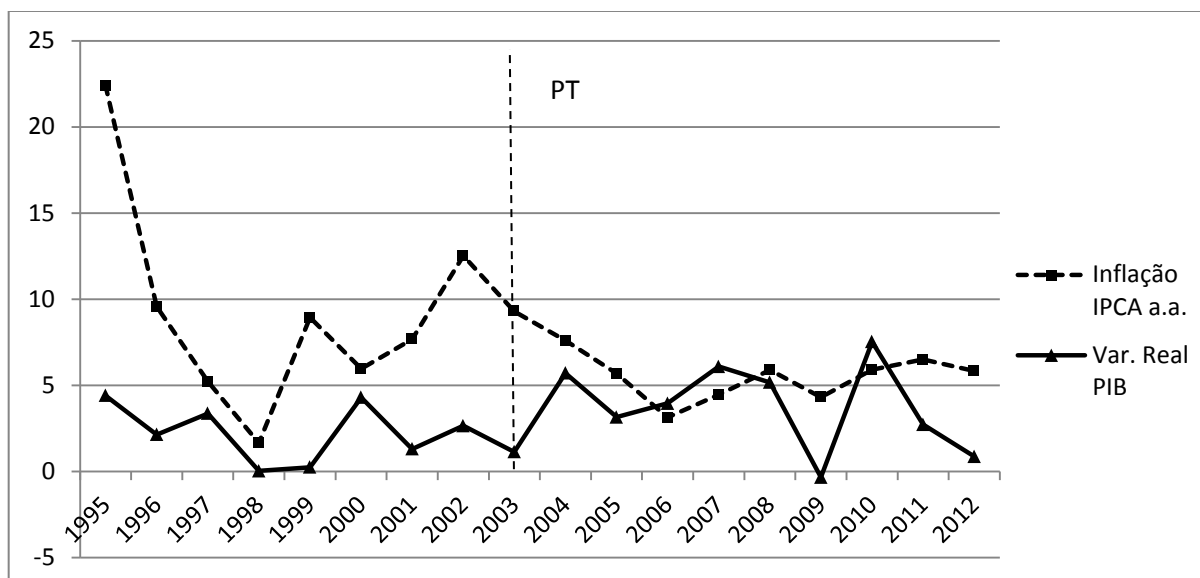
Mesmo sendo um dado limitado, já que excluí setores importantes dentro do consumo agregado das famílias, ele nos mostra que ocorreu uma modificação na tendência de consumo, a linha pontilhada no gráfico acima mostra a tendência das vendas no varejo e por ela é possível notar o surgimento de um novo padrão que tem início na passagem de 2003 para 2004 e se acentua nos anos que seguem.

Primeiramente cabe ressaltar que o período de gestão petista apresentou maiores resultados com relação a taxa de crescimento do PIB, a média anual de 2003 a 2012 foi de 3,6%, tendo sido de 3,5% no primeiro governo Lula, 4,6% no segundo e 1,8% nos dois primeiros anos do governo Dilma.

A inflação por sua vez apresentou resultados também melhor se comparado ao período anterior, na média anual os governos do PSDB apresentaram uma média de 9,2% de 1995 a 2002, já os governos do PT apresentaram de 2003 a 2012 uma média anual de 5,8%, tendo o primeiro mandato de Lula a média de 6,4% ao ano, o segundo mandato a média de 5,1% e os

dois primeiros anos do governo Dilma uma média de 6,1%, abaixo vemos o comportamento comparado das duas variáveis.

Gráfico 6: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E INFLAÇÃO – IPCA a.a.



Fonte: IBGE via IPEADATA (elaboração própria).

No gráfico acima podemos ver que em geral a inflação a partir do primeiro governo Lula mantém-se abaixo dos níveis apresentados nas gestões de FHC, não obstante a maior diferença fica por conta da taxa de crescimento real do PIB que, com exceção de 2009 no auge do impacto da crise internacional sobre o Brasil, apresentou resultados superiores aos percebidos anteriormente.

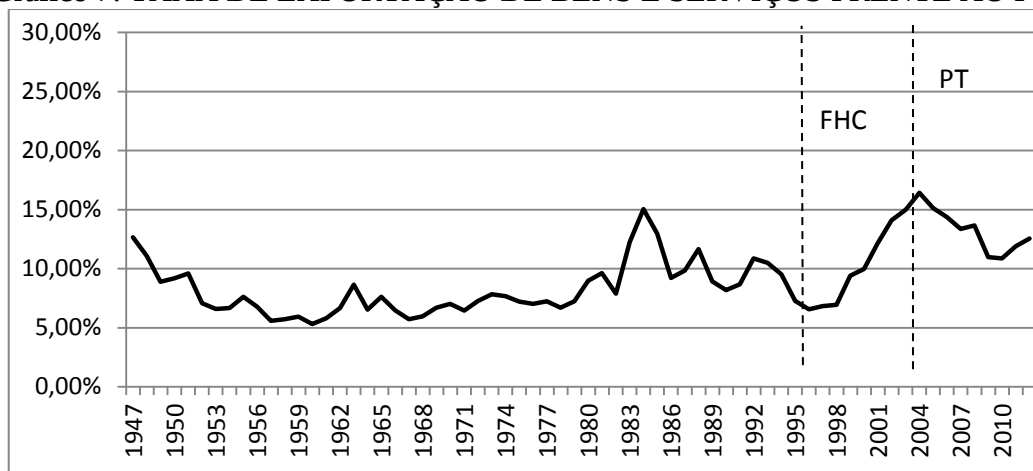
Mas apesar dessas análises embasadas principalmente sobre as médias de cada governo, podemos ver no gráfico que nos dois últimos anos, 2011-2012 os resultados de crescimento voltaram aos níveis observados nas gestões de FHC, sendo mesmo inferiores a média deste.

Assim apreendemos até aqui que no período das gestões petistas houve elevação no consumo acompanhada de um pouco acentuado crescimento do PIB, mesmo que bem abaixo das médias históricas da região (6%) e de alguma desaceleração inflacionária.

A dinâmica de crescimento do consumo em período de elevação do PIB pode ocultar, caso haja, qualquer tendência de aumento da importância do consumo interno no total da economia.

Porém ao analisarmos os dados da taxa de exportação frente ao produto interno bruto brasileiro verificamos que apesar de apresentar queda no período petista, numa perspectiva histórica os valores continuam altos de forma que não parece haver nenhuma inversão no sentido de alterar o papel desempenhado pelo mercado externo na economia brasileira.

Gráfico 7: TAXA DE EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS FRENTE AO PIB



Fonte: Dados do IBGE via IPEADATA (elaboração própria).

Assim não nos parece verdadeiro que o crescimento da participação do mercado interno na economia nacional apresente uma modificação histórica de seu papel uma vez que o crescimento absoluto se deu, mas sem destoar da dinâmica histórica dessa variável, inclusive permitindo aumento da participação das exportações no total do PIB nos últimos anos da análise gráfica.

Nesse ponto, ao constataremos que o crescimento no consumo interno não significou uma modificação da estrutura de realização da economia brasileira, que mesmo oscilando, ora positiva, ora negativamente, seguiu superior a todas as taxas da década de 1990, nos parece fazer sentido a análise de BOITO Jr no que diz respeito à correlação de forças entre frações da burguesia que determinaram os rumos da política econômica de Lula, onde o consumo interno é estimulado como forma de no máximo neutralizar as demandas de setores da burguesia voltados ao mercado interno.

O médio capital permaneceu, sob o Governo Lula, ocupando uma posição subordinada no interior do bloco de poder, posição que ocupa durante todo o período neoliberal e que já ocupava, numa situação distinta, sob a ditadura militar. Não podemos descartar a hipótese de um eventual governo popular lograr atrair ou pelo menos neutralizar essa fração burguesa implementando uma política de aumento do consumo popular e desenvolvimento do mercado interno. (BOITO Jr, Armando 2006, p 259)

A despeito da conceituação relativa a governo popular, a percepção de que no governo Lula o desenvolvimento do mercado interno se deu mais por uma política de conciliação entre as frações da burguesia, do que uma alteração quanto à centralidade do capital financeiro na economia brasileira está em acordo com o que vimos até aqui nesse trabalho.

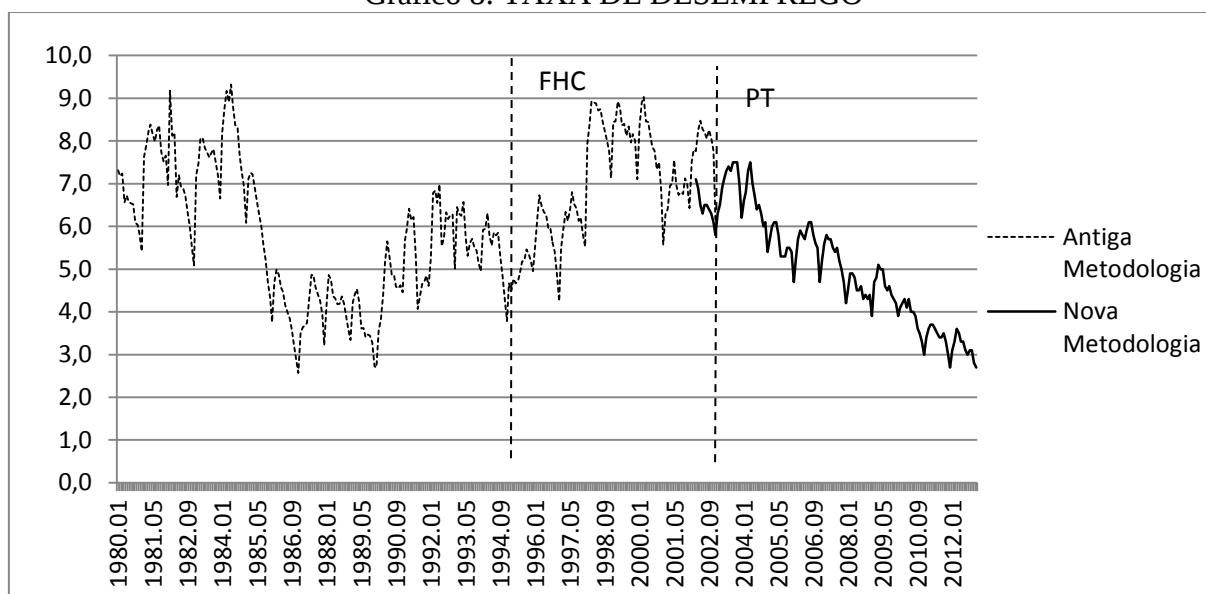
De toda maneira, o primeiro determinante na capacidade de consumo da classe trabalhadora é o salário, e se o consumo apresentou crescimento, mesmo que dentro de um cenário de expansão do PIB, é sobre o salário que devemos nos ater inicialmente.

Por tratar-se do consumo agregado, não somente os rendimentos salariais individuais apresentam potencial de impactar positivamente no consumo, mas também o nível de emprego na medida em que sua expansão afeta a massa salarial.

O primeiro resultado constatado na análise do comportamento do emprego no Brasil no século XXI é a diminuição do desemprego, porém uma vez mais, encontramos dificuldades no que diz respeito a séries estatísticas, pois o IBGE alterou sua metodologia de medição do desemprego dando início a uma nova série em março de 2002.

Para analisarmos o desemprego utilizamos, portanto os dois dados intercalados, mas como séries descontínuas.

Gráfico 8: TAXA DE DESEMPREGO



Fonte: IBGE via IPEADATA, (elaboração própria). *No período que vai de março de 2002 a dezembro de 2002 existem dados para as duas séries, não existem dados anteriores a 1980.

Como pode ser visto o desemprego no decorrer da década apresenta acentuada diminuição alcançando em 2012 taxa próxima a 3%, em 2003 início do governo Lula e também da tendência de queda do desemprego a taxa estava próxima a 7,5%, essa diminuição do desemprego pode ser explicada pela elevação da atividade econômica.

De caráter qualitativo com relação ao emprego, a taxa de trabalhadores com carteira assinada apresenta melhorias no período com significativo aumento da ordem de 10%.

TABELA 13 – TAXA DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA NO PERÍODO PÓS-REAL

Taxa com carteira		Taxa com carteira	
Ano	assinada em relação a população ocupada	Ano	assinada em relação a população ocupada
1994	49,89	2003	43,86
1995	49,04	2004	43,80
1996	46,22	2005	45,19
1997	46,70	2006	45,97
1998	46,38	2007	46,49
1999	44,29	2008	48,55
2000	43,30	2009	49,60
2001	44,36	2010	50,96
2002	44,92	2011	52,81
		2012	53,18

Fonte: IBGE via IPEADATA (elaboração própria).

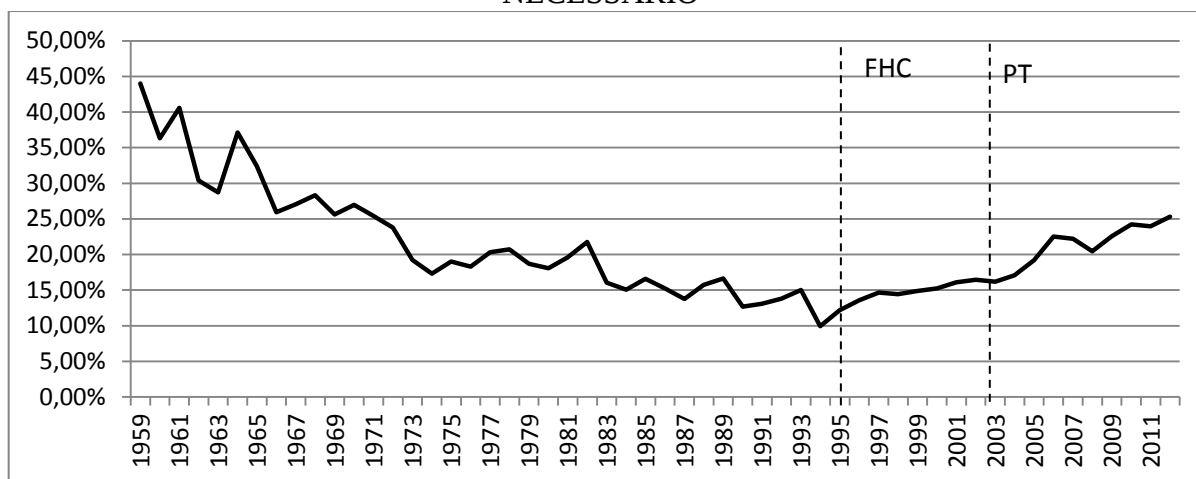
Esse aumento faz com que diminua significativamente a quantidade de trabalhadores fora do sistema de seguridade social. Por serem empregos de melhor qualidade se comparados com os informais, a capacidade de substituição dos trabalhadores pelos capitalistas também diminui na medida em que o contingente de mão de obra substituta cai.

Como já tratado nesse trabalho, a capacidade de substituição da mão-de-obra é essencial para manutenção dos níveis de superexploração da força de trabalho, não obstante, apesar da queda apresentada pelo indicador os níveis de informalidade continuam bastante altos, superiores inclusive aos registrados na década de 1980, ou seja, a diminuição é significativa, mas não o suficiente para modificar as condições propícias a superexploração.

Junto a esse quadro de diminuição do desemprego e aumento da taxa de trabalhadores com carteira assinada para níveis do início da década de 1990, há de ser considerado o aumento real do salário mínimo, que tem sua importância ampliada nesse caso não somente pelo aumento de seu poder de compra, mas também pelo aumento da formalidade no mercado de trabalho.

Para analisarmos o salário mínimo recorreremos uma vez mais a comparação entre o salário mínimo real e o salário mínimo necessário, lembrando que os dados do gráfico anteriores ao ano de 1994 foram estimados em metodologia apresentada no capítulo anterior.

GRÁFICO 9: RELAÇÃO ENTRE SALÁRIO MÍNIMO REAL E SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO*

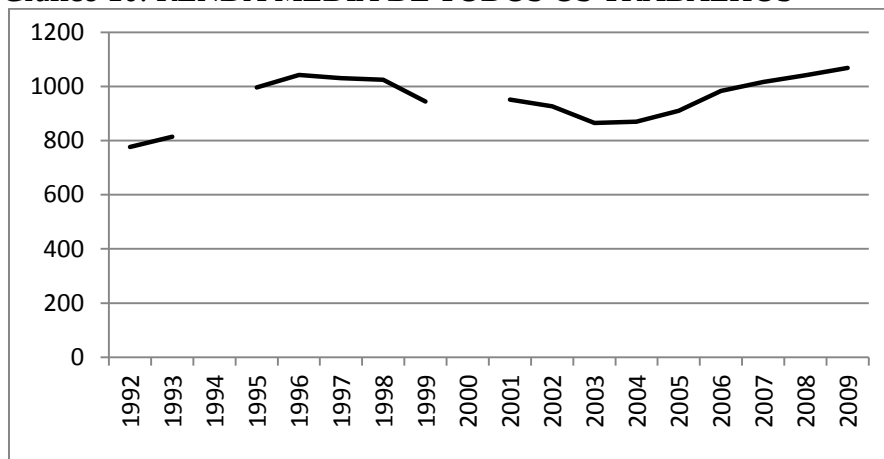


Fonte: DIEESE (elaboração própria). *Salário mínimo necessário = 100%.

O salário mínimo no período PT mantém a tendência de alta originada desde o início do real, revertendo a inflexão registrada no fim do segundo governo FHC, porém apesar da acentuada recuperação registrada, em especial no primeiro mandato Lula, o salário mínimo mantém-se muito aquém das necessidades dos trabalhadores chegando a 25% do salário mínimo necessário em 2012, mesmo nível do início da década de 1970.

Podemos inferir até aqui que o aumento do salário mínimo operando em conjunto com o aumento da taxa de trabalhadores com carteira assinada impactaram positivamente no poder de compra da classe trabalhadora, mas como o salário mínimo mantém-se muito aquém das necessidades mínimas de consumo de uma família trabalhadora é necessário que analisemos o comportamento do nível salarial para além do salário mínimo.

Gráfico 10: RENDA MÉDIA DE TODOS OS TRABALHOS*



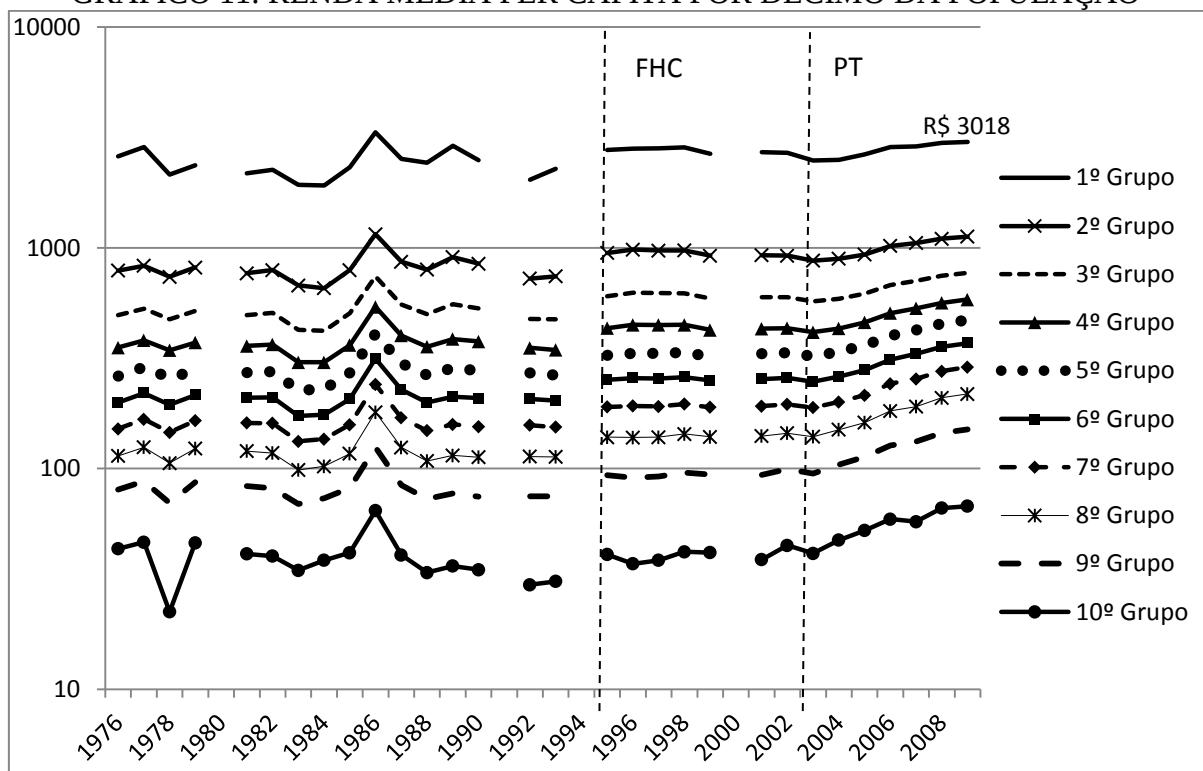
Fonte: IBGE (elaboração própria). *Os pontos em branco se devem a inexistência de dados na fonte, valores constantes em reais de outubro de 2009, série iniciada em 1992.

Como vemos, a renda média de todos os trabalhos, ou seja, a renda total percebida pelo trabalhador na totalidade de seus vínculos empregatícios apresenta elevação passando de R\$865,30 em 2003 para R\$1.068,38 em 2009.

Como a estrutura de renda no Brasil é bastante concentrada, em especial nas partes mais altas da pirâmide social, apresentamos abaixo a renda domiciliar per capita por décimo da população.

Os grupos populacionais são divididos em números iguais de pessoas ordenadas pelos níveis de renda, assim o primeiro grupo corresponde ao décimo da população detentor da maior renda média, o segundo grupo corresponde ao décimo da população detentor da segunda maior renda média e assim por diante até o décimo grupo que corresponde ao décimo da população detentor da pior renda média.

GRÁFICO 11: RENDA MÉDIA PER CAPITA POR DÉCIMO DA POPULAÇÃO*



Fonte: IPEADATA (elaboração própria). *Valores constantes em reais de outubro de 2009.

O gráfico tem seu eixo vertical ordenado em base logarítmica 10, isso para permitir melhor visualização. Podemos ver por ele que a maioria das rendas médias fica entre R\$100,00 e R\$1.000,00, tendo o segundo décimo de maior renda na população brasileira ultrapassado a barreira dos R\$1.000,00 somente em 2006.

Em 2009, último ano de disposição desses dados, a renda per capita do décimo de maior renda era de R\$3.018, o segundo grupo era de R\$1.123, o terceiro grupo possuía renda média de R\$ 769,19, o quarto de R\$ 583,00, o quinto de R\$ 470,13, o sexto grupo de R\$ 369,34, o sétimo de R\$ 288,24, o oitavo R\$ 217,78, o nono R\$ 150,53 e o décimo R\$ 67,56.

Retomando por critério o salário mínimo necessário que em 2009 era de R\$ 2042,43 para uma família de 4 pessoas, a renda per capita mínima de forma a garantir às famílias acesso a alimentação e demais serviços de maneira satisfatória é de R\$ 510,61.

Podemos concluir assim que somente os quatro primeiros decimos da população brasileira encontram-se com renda superior ao mínimo, ou seja, ao menos seis decimos da população encontram-se, em maior ou menor grau, em condição de privação de consumo características da superexploração do trabalho.

Não obstante as melhoras registradas nos níveis salariais, nas taxas de desemprego e nas taxas de formalidade no mercado de trabalho afetaram positivamente os indicadores sociais de desigualdade.

A diminuição da pobreza e da extrema pobreza, onde a primeira, dentro dos dados disponíveis, tivera seu pico em 48,73%, valor alcançado em 1983, essa mesma série registrava em 2003 a taxa de 35,79% e chegou a 2009 com 21,42%. A extrema pobreza por sua vez teve seu pico no mesmo ano da variável anterior chegando a 23,02%, registrava em 2003 a taxa de 15,20% e em 2009 estava em 7,28%.

TABELA 14 – NÚMERO E PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA NO PERÍODO PÓS-REAL

Data	Número de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza (milhões)	Proporção de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza(%)	Número de pessoas abaixo da linha de pobreza (milhões)	Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (%)
1994	---	---	---	---
1995	22,43	15,19	51,78	35,08
1996	23,32	15,63	51,80	34,73
1997	23,68	15,58	53,45	35,18
1998	22,26	14,52	52,07	33,97
1999	23,95	15,03	56,18	35,26
2000	—	—	—	—
2001	25,41	15,28	58,49	35,17
2002	23,67	13,99	58,22	34,40
2003	26,07	15,20	61,39	35,79
2004	23,33	13,20	59,54	33,70
2005	20,67	11,49	55,48	30,82
2006	17,13	9,44	48,53	26,75
2007	15,78	8,65	44,20	24,24
2008	13,89	7,57	41,46	22,59
2009	13,47	7,28	39,63	21,42

Fonte: IPEADATA (elaboração própria).

Vemos aqui que as mudanças no mundo do trabalho tem impactado positivamente a estrutura social brasileira, que tem vivido uma diminuição da pobreza e da extrema pobreza na primeira década do século, em especial desde o início das gestões petistas.

Cabe ressaltar que parte das melhoras acima registradas se deram em função de políticas de assistência social empreendidas pelo estado brasileiro, sendo assim, uma via pela

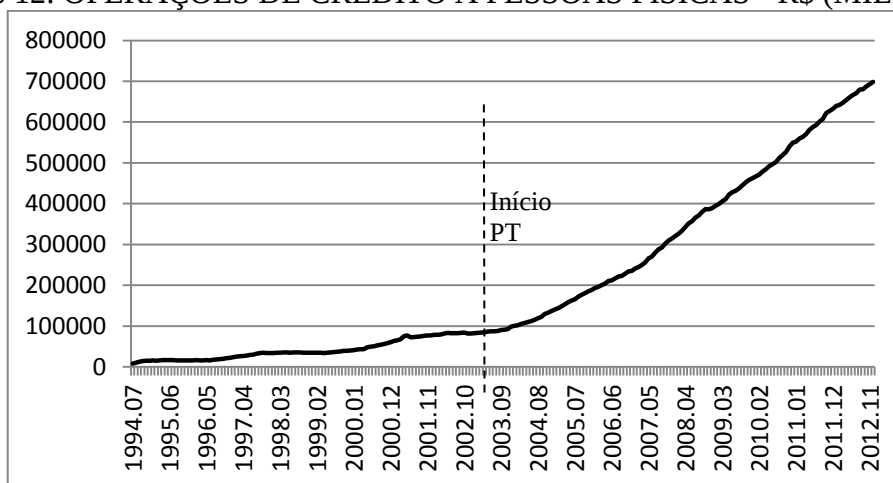
qual setores da classe trabalhadora se apropriam da renda socialmente produzida que não a via das relações trabalhistas. Não obstante por distanciar-se de nosso objeto de pesquisa e por tratar-se de renda retida pelo Estado e destinada a manutenção da classe trabalhadora e não ao patrocínio do capital, não iremos nos ater a tal questão.

Retomando a questão do consumo, para além do salário e das demais questões trabalhistas é notável o papel que o crédito desempenhou no período de elevação do consumo.

A análise da política creditícia no Brasil evidência que o mercado de crédito, em especial para pessoas físicas, somente passou a ter importância na economia a partir do Plano Real. As condições da economia nacional antes da estabilização promovida pela nova moeda restringiam o desenvolvimento dessa atividade econômica.

Fica claro como vemos no gráfico a seguir que mesmo depois do real, o desenvolvimento do crédito de deu de forma tímida nos primeiros anos.

Gráfico 12: OPERAÇÕES DE CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS - R\$ (MILHÕES)*



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Moeda e Crédito (BCBBoletim/Moeda) - BM12_SFPRIPF12 (elaboração própria). *Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional.

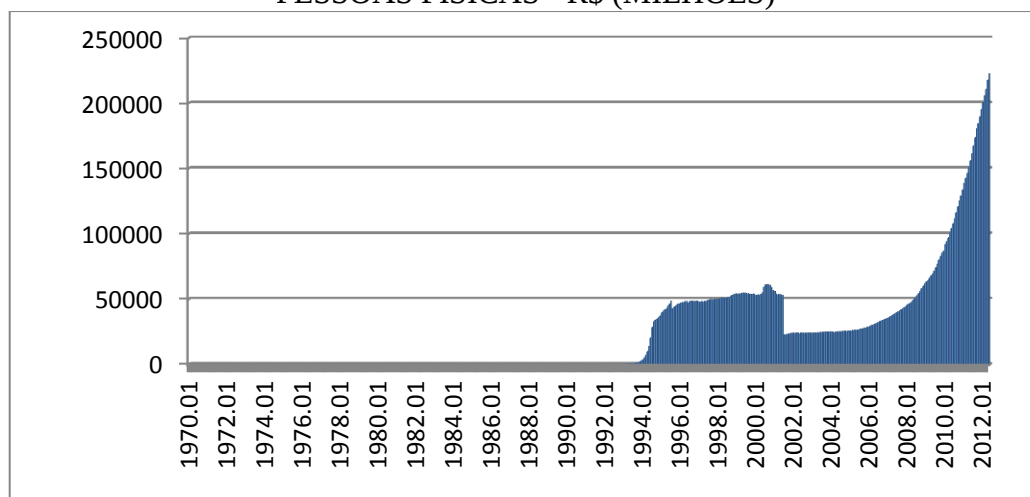
Observando o desenvolvimento das operações de crédito fica claro que o crescimento dos empréstimos às pessoas físicas ocorreu de maneira constante após o estabelecimento do real, mas ainda mais evidente fica a ampliação da atividade creditícia após 2003 com o início do governo Lula.

É importante verificarmos que esse gráfico se refere somente ao crédito voltado as pessoas físicas e não contabiliza as operações com o setor rural e habitacional, ou seja, refere-

se ao crédito que motiva o consumo do setor de serviços e também o dos bens que constam na análise do varejo ampliado que como vimos acima cresce constantemente do início de 2003 até o fim da década.

Outro tipo de operação creditícia que cresce no decorrer da década de 2000 é o empréstimo voltado à aquisição de imóveis, a série estatística de dados do Banco Central – BACEN nos permite analisarmos essas operações desde a década de 1970, mas como veremos, o gráfico sustenta nossa proposição anterior sobre a pequenez do setor creditício antes da estabilização da moeda.

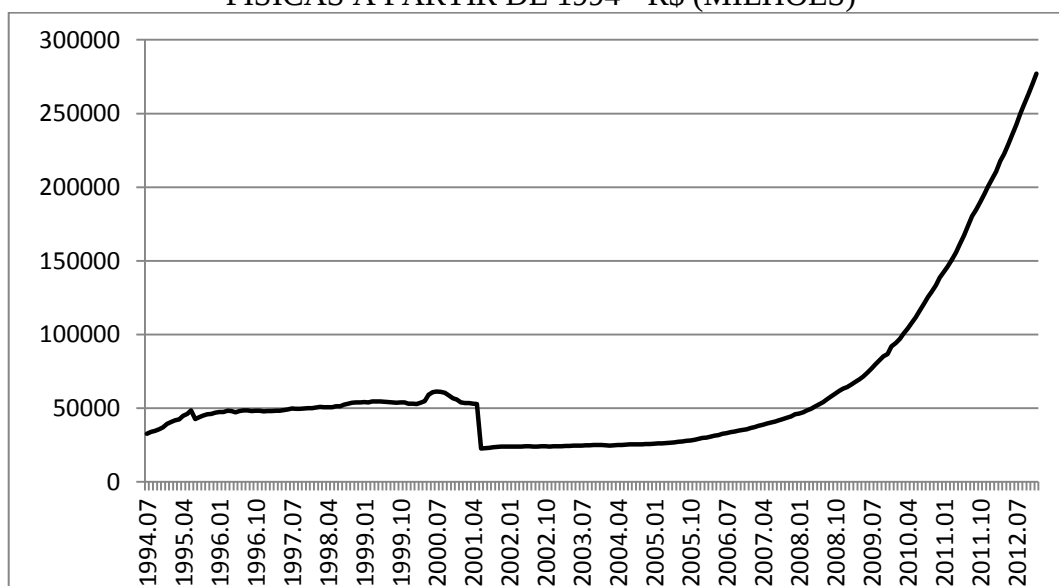
Gráfico 13: DESENVOLVIMENTO DO CRÉDITO HABITACIONAL PARA PESSOAS FÍSICAS - R\$ (MILHÕES)



Fonte: Banco Central do Brasil (elaboração própria).

Para melhor visualização, abaixo temos o gráfico com a série iniciada em 1994, ano de implantação da moeda Real.

Gráfico 14: DESENVOLVIMENTO DO CRÉDITO HABITACIONAL PARA PESSOAS FÍSICAS A PARTIR DE 1994 - R\$ (MILHÕES)



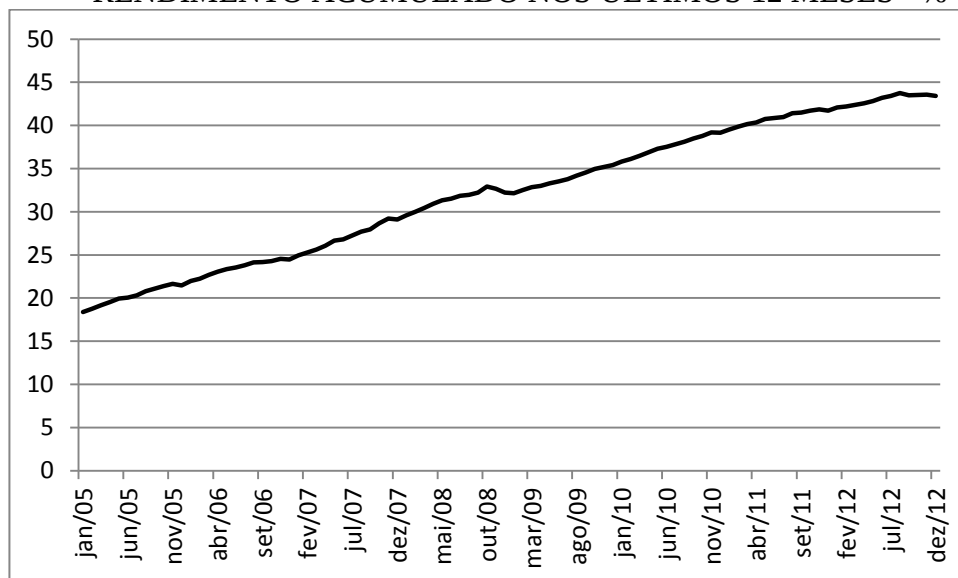
Fonte: Banco Central do Brasil (elaboração própria).

Como exposto, a implantação do Real é seguida de um considerável crescimento do crédito habitacional, o mesmo diminui fortemente no início da década mantendo um resultado tímido no decorrer da primeira metade desta, se acelerando na segunda metade e apresentando forte crescimento em meados de 2008 e 2009, período em que o governo avança na implantação de políticas de promoção do setor da construção civil.

Todo esse volume de crédito injetado na economia brasileira contribui na elevação do consumo, expressa por outro lado um enorme movimento de adiantamento de renda, adiantamento remunerado pela taxa de juros, por consequência, o consumo ou atividade econômica que num primeiro momento é inflada pelo crédito será num segundo momento prejudicada em função da necessidade de ressarcir o financiador ameaçando o desempenho da economia e do consumo das famílias no longo prazo a não ser que a renda cresça mais rapidamente que o endividamento.

Como vemos abaixo, a renda das famílias não cresce em velocidade superior ao seu endividamento, conformando um quadro de estrangulamento do consumo por dividas em algum ponto futuro.

Gráfico 15: ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES - %



Fonte: Banco Central do Brasil (elaboração própria). Disposição dos dados somente a partir de 2005.

Por outro lado o consumo dado pelo padrão de endividamento serve como forma de elevar a atividade creditícia, ampliando os mercados ao capital financeiro e assim aumentando o custo do consumo dos trabalhadores.

De toda maneira parece claro que essa enorme elevação do crédito na economia brasileira tem participação na registrada elevação do consumo tendo atuado em conjunto com a elevação do emprego, diminuição da informalidade e com os ganhos reais nos salários, porém em diferentes proporções.

6. CONCLUSÕES

Como visto nos gráficos 4 e 5, a década de 2000, em especial o período de governo petista, apresentou forte elevação do consumo interno onde as variações foram superiores a 100% no consumo do varejo e do varejo ampliado.

A forte elevação do consumo constatada se deu num cenário de aceleração do crescimento do PIB que apresentou resultados anuais médios de 3,49% e 4,61% nos dois mandatos de Lula frente à média anual de 2,65% no período de 1994 a 2002.

Não obstante a melhora apresentada na comparação com seu antecessor, quando comparado à média histórica os governos de Lula apresentam resultados fracos ou no máximo medianos já que a média de crescimento do PIB no Brasil é de 4,5% ao ano no período republicano 1890-2010 (GONÇALVES,. 2011).

A situação é ainda pior se inserirmos no comparativo os dois primeiros anos de governo da presidenta Dilma que apresentou uma média anual de 1,8%, abaixo até mesmo da média de FHC. Na média de todo o período petista o crescimento anual do PIB foi de 3,6% pouco maior que o resultado de FHC, mas ainda assim um cenário de aceleração que coexistiu com o crescimento do consumo e possivelmente o influenciou.

Também melhores que os resultados do período anterior, a inflação no período petista foi de 5,8% ao ano enquanto que FHC apresentou resultado médio de 9,2% como vimos no gráfico 6, o que pode ter impactado positivamente na elevação do crédito na medida em que avançou e perpetuou a estabilidade monetária.

Mais diretamente ligado à elevação do consumo, o desemprego apresentou significativo recuo com registros inferiores a 3% em 2012. A diminuição do desemprego constatada no gráfico 8 com certeza afetou o consumo na medida em que contribuiu para a elevação da massa salarial, mas como vimos no mesmo gráfico, por mais positivos que sejam os resultados encontrados o desemprego já havia chegado a esse mesmo patamar na segunda metade da década de 1980.

A taxa de trabalhadores com carteira assinada também apresentou resultados positivos com aumento de quase 10% tendo passado de 44,92% em 2002 para 53,18% em 2012 (tabela 13).

Tratando diretamente da renda, a variação da renda média de todos os trabalhos foi de quase R\$200,00 de 2003 a 2009 em valores constantes de outubro de 2009 (gráfico 10). Ao visualizarmos os resultados da elevação da renda por décimo da população verificamos que houve maior crescimento da renda nos décimos mais pobres, porém 6/10 da população brasileira ainda vivem com renda inferior a linha do salário mínimo necessário (gráfico 11). De toda maneira a elevação da renda em todos os níveis da sociedade contribuiu na elevação do consumo nacional.

O mais revelador dos dados, a comparação entre o salário mínimo necessário - SMN e o salário mínimo real deixa claro que houve recuperação salarial no período petista, onde o salário mínimo que equivalia a 16,47% do SMN em 2002 passa a 25,3% em 2012, mesmo patamar registrado no início da década de 1970 (gráfico 9).

Podemos até aqui concluir com base nos dados apurados nessa pesquisa que no período de governo petista houve um processo de abrandamento da superexploração do trabalho caracterizado em especial pela elevação dos salários reais, diminuição do desemprego e da informalidade, não obstante essa diminuição se deu a partir de um dos mais altos níveis de exploração a que esteve submetido o trabalhador brasileiro, para tal conclusão basta lembrarmos-nos que no fim do governo FHC o salário mínimo correspondia a pouco mais de 16% do salário mínimo necessário.

O abrandamento da superexploração se deu, porém não caminha no sentido de sua superação, pois em 10 anos de governo petista houve uma recuperação do salário mínimo em relação ao SMN de apenas 8,9%, fazendo com que em 2012 o salário mínimo necessário tenha correspondido a 1/4 das necessidades de uma família trabalhadora. Maior evidência da contemporaneidade da superexploração na economia brasileira é o fato de que seis dos dez grupos de renda da população brasileira apresentam renda média inferior ao patamar do SMN, ou seja, encontram-se em condição de superexploração (gráfico 11).

Cabe ressaltar que mesmo movimentos de abrandamento da superexploração como a diminuição do desemprego e da informalidade não rompem com ela na medida em que a

geração de novos empregos formais tem se dado principalmente nos setores de atividades mais precarizadas e com menores salários como o telemarketing ou construção civil por exemplo (LUCE, 2013).

O abrandamento da superexploração do trabalho resultou também na redução na taxa de pessoas em condição de extrema pobreza que caiu mais de 50% no período passando de 15,2% da população brasileira em 2003 para 7,28% em 2009. Quanto à pobreza, a taxa passou de 35,79% em 2003 para 21,42% em 2009 (tabela 14).

Operou também na diminuição da pobreza e principalmente da extrema pobreza a ampliação das políticas de assistência social, mas em função do limite deste trabalho não iremos nos aprofundar, limitando-nos a lembrar que mesmo não sendo apropriada por meio das relações trabalhistas, a renda auferida pelos trabalhadores por meio das políticas de assistência social corresponde a parcela do excedente retida pelo estado, que neste caso é dirigida ao trabalhador somando-se aos demais rendimentos destes.

Especificamente sobre a elevação do consumo, a massa salarial variou de R\$ 26.738.772.530,18 em 2003 para R\$ 50.161.377.653,85 em 2013 apresentando crescimento real 87,6%⁹, ao considerarmos que o aumento da massa salarial se deu pela elevação da renda dos setores mais pobres (diminuição do desemprego, da informalidade e aumento da renda geral, porém mais acentuado nos décimos populacionais de menor renda) podemos concluir que o aumento do consumo é parcialmente explicável pelo aumento da massa salarial. Fortalece ainda esse entendimento a alta propensão marginal ao consumo característica dos segmentos com menor capacidade de consumo dada pela alta taxa de exploração a que estão historicamente submetidos.

Por outro lado, estritamente relacionado ao crescimento do consumo, o crédito a pessoas físicas apresentou vertiginosa elevação, mas proporcionalmente menor que o crédito habitacional.

O saldo corrente de crédito a pessoas físicas passa de 81.943 milhões de reais em dezembro de 2002 para 698.504 milhões em dezembro de 2012 (gráfico 12). Com relação ao

⁹ O cálculo da massa salarial foi descontinuado pelo IBGE em 2002, não obstante o resultado era dado pela multiplicação entre o rendimento médio real e o número de pessoas ocupadas. Neste trabalho a massa salarial foi obtida pela multiplicação do Rendimento médio real efetivo - pessoas ocupadas - RMs em R\$ corrigidos pelo INPC das RMs e a População ocupada - RMs.

credito habitacional o salto é de 24.081 milhões em dezembro de 2002 para 277.046 milhões em dezembro de 2012 (gráfico 14), enormes variações que com certeza afetaram positivamente o consumo e nos ajudam a entender a elevação do consumo no período de governos petistas.

Em proporção, a variação do crédito concedido a pessoas físicas foi de 847,67% de janeiro de 2003 a dezembro de 2012, uma variação quase dez vezes maior que a variação da massa salarial. Se analisarmos em valores temos que a massa salarial subiu de 2003 a 2012 23.422 milhões de reais enquanto a variação do saldo de credito concedido para pessoas físicas foi de 616.561 milhões de reais.

Como a variação do volume de credito a pessoas físicas analisada acima desconsidera o credito habitacional e o crédito rural, então trata-se exatamente da modalidade que afeta o consumo dos bens avaliados nos indicadores utilizados para verificar o crescimento do consumo desde 2003, gráficos 4 e 5.

Podemos concluir assim que o aumento do consumo foi acompanhado de uma elevação do volume de credito concedido a pessoas físicas de R\$ 616.561 milhões e de uma elevação da massa salarial de R\$ 23.427 milhões. Logo, muito provavelmente, o credito teve maior impacto sobre a variação do consumo apresentada no decorrer da década do que as variações registradas nas relações trabalhistas (diminuição do desemprego, aumento real dos salários e diminuição da informalidade) já que este teve maior variação em volume do que a registrada na massa salarial.

Quanto à sustentabilidade da elevação do consumo, nos parece improvável já que o credito foi o principal elemento em que se sustentou a elevação da demanda interna. Ao crescer mais aceleradamente que os níveis salariais, o endividamento das famílias que registrava 18,39% em janeiro de 2005 passou a 43,41% de endividamento em dezembro de 2012 (gráfico 15).

Com base em tudo o que vimos neste trabalho podemos concluir que o abrandamento da superexploração registrado no período de governos petistas permitiu a elevação do consumo que se deu sustentado na elevação da massa salarial e principalmente no endividamento dos trabalhadores. Endividamento esse que não pode seguir no mesmo ritmo

até aqui registrado devido ao rápido comprometimento da renda dos trabalhadores, quadro que somente pode ser contornado pela aceleração dos ganhos salariais da classe trabalhadora.

A manutenção dos níveis de crescimento do consumo somente é possível pelo aumento dos ganhos reais dos assalariados, o que não parece ser o caso uma vez que mesmo com o abrandamento registrado nos dez anos de petismo analisados neste trabalho, a superexploração se mostra totalmente contemporânea pelos baixos níveis salariais, pela alta informalidade, pelos elevados níveis de pobreza e pela lentidão em que se deu a recuperação salarial no período.

A não superação da superexploração mantém a histórica estrutura econômica brasileira sustentada sobre relações trabalhistas que condenam a maior parte da classe trabalhadora brasileira a condição de sub consumidores, e nas gestões petistas não há nada que aponte para a superação dos entraves estruturais que apartam trabalhador e consumo.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉM, Ana Cláudia. **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_brasil_em_transicao/Brasil_em_transicao_apendices.pdf>. Acesso em 06 de setembro de 2013.

ARAÚJO, P. Gustavo. **Contra-revolução permanente e manutenção da condição dependente no Brasil: O caso da abolição da escravidão e da redemocratização recente**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim regional do Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/04/br201104b2p.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim, seção moeda e crédito (BCB Boletim/Moeda) - BM12_SFPRIHAB12**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim, seção moeda e crédito (BCB Boletim/Moeda) - BM12_SFPRIPIF12**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>.

BANCO DO NORDESTE. **Indicadores macroeconômicos do Brasil e do nordeste 2009**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/indicadores_macaoeconomicos_brasil_nordeste.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2013.

BOITO Jr, Armando. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Clacso, Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2006.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/> >. Último acesso em 02 de novembro de 2013.

DIEESE. **Cesta básica nacional metodologia**, 1993. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Decreto lei nº 5.452, de 01 de Maio de 1943**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 03 de julho de 2013.

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/>>. Último acesso em 26 de agosto de 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora da USP, 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO. **PIB cresce 5,2% em 2004, o melhor desempenho desde 1994, diz IBGE**. São Paulo: 01 de março de 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u93876.shtml>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mercado interno ainda sustenta expansão da economia, diz IBGE**. São Paulo: 10 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u410760.shtml>>. Acesso em: 17 de junho de 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1976.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: Repensando a teoria da dependência. Brasília: Editora Brasiliense, 1980.

GONÇALVES, Reinaldo. **Evolução da renda no governo Lula: Cinco conclusões definitivas**, 2011. Disponível em: http://www.cecac.org.br/Docs/Reinaldo_Goncalves-Evolucao_da_renda_no_Governo_Lula-13.3.2011.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2013.

IMPÉRIO DO BRAZIL. **Lei 601 de 18 de setembro de 1850**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

IMPÉRIO DO BRAZIL. **Lei 3.353 de 13 de maio de 1888**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1851-1900/L3353.htm>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Último acesso em: 14 de outubro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - BASE DE DADOS. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Último acesso em 19 de outubro de 2013.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 169 - 190, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Ed. Insular, 2012

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: Transpadini, Roberta, STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1996

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Comercio exterior da agropecuária brasileira: Principais mercados In: **Confederação nacional da agricultura**. Disponível em: [http://www.icna.org.br/sites/default/files/artigo/Book_comercio_exterior_portugues_web-v1%20\(1\).pdf](http://www.icna.org.br/sites/default/files/artigo/Book_comercio_exterior_portugues_web-v1%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 de junho de 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Exportação e importação brasileira dos setores industriais por intensidade tecnológica**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1113&refr=608>>. Acesso em 25 de junho de 2013.

OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José. **No fio da navalha**: Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Decreto lei 399 do ano de 1938**. Brasília. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746> >. Acesso em 12 de agosto de 2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Plano plurianual 2004 – 2007**. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=4>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SINGER, André Vitor. Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Último acesso em 15 de outubro de 2013.